

Negociando sociabilidades em meio urbano: o associativismo feminino em Bissau (Guiné-Bissau, Africa Ocidental)

Manuela Borges

RESUMO

O continente africano tem sido caracterizado pela sua dinâmica associativa, particularmente a costa ocidental onde existem associações de mulheres no meio rural e também em meio urbano.

As formas de organização social das mulheres são comuns em África e estas práticas associativas das mulheres têm sido relacionadas com as assimetrias de género. Assim sendo, o *habitus* histórico do associativismo feminino na África Ocidental dever-se-ia à posição social da mulher nas sociedades linhageiras, em que as hierarquias baseadas na senioridade e género, dispensando a participação das mulheres no poder e autoridades públicas, e instituindo assimetrias que marginalizavam socialmente as mulheres, teria propiciado os motivos, os meios e as oportunidades para a sua autonomia e individualização, concorrendo para o fenómeno do associativismo voluntário feminino. Em síntese, o dinamismo associativo feminino em África, tem sido explicado enquanto um *habitus* feminino, fundado no costume das mulheres se reunirem em associações, para promover os seus interesses económicos, sociais e políticos, associações essas que, embora tenham sido prejudicadas pelo impacto do colonialismo que não as reconheceu e as ignorou na administração colonial, teriam ressurgido após as independências, mesmo se adaptadas aos actuais circunstancialismos das sociedades em que se inserem. A comunicação reflecte sobre este movimento organizativo multi-funcional, procedendo na base da adesão voluntária e do sistema mutualista, a partir do trabalho de campo realizado em Bissau (Guiné-Bissau) junto de associações participadas por mulheres, como sejam as *abotas* e as *mandjuandades*.

Nota Prévia

Esta comunicação é baseada no trabalho de campo realizado em Bissau entre 1994 e 1999 que serviu de base a uma tese de doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A elaboração do texto que agora se apresenta teve em conta os contextos históricos, geográficos, e a evolução da urbanização de Bissau para enquadrar o fenómeno das organizações voluntárias da população, em particular a feminina, que podem ser caracterizadas como multi-funcionais e que dão resposta aos desafios da sociedade urbana contemporânea de Bissau. No texto surgem termos em crioulo, em itálico, que remetem para o glossário das páginas 59 a 61 desta comunicação.

Manuela Borges

Investigadora

Centro de Estudos Africanos e Asiáticos (CEAA)

Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)

Rua da Junqueira 30-1º

1349-007 Lisboa Portugal

Tef.: + 353 213622621 Fax: +351 213627633

E-mail manuelborges@netcabo.pt

Negociando sociabilidades em meio urbano: o associativismo feminino em Bissau (Guiné-Bissau, Africa Ocidental)

Notas introdutórias.

Na África Ocidental, subsariana e tropical, limitada a Oeste pelo Oceano Atlântico, a norte pelo Senegal, a sul e este pela Guiné Conakry, situa-se imperceptível no mapa de África, a um olhar mais superficial, a República da Guiné-Bissau¹, cuja capital é Bissau. Com 36 125 km quadrados dos quais 900 imersos na maré-alta é, desde a sua independência de Portugal em 10 de Setembro 1974, um dos países mais pequenos de África, (a sua superfície é um pouco menor que a da Suíça e um pouco maior que a do Taiwan).

A vida quotidiana é marcada pela crise económica e social vivida nos países em desenvolvimento, e pelas recentes políticas liberalizadoras das economias africanas impostas através dos denominados «Programas de Ajustamento Estrutural», sob a tutela do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

A política de contracção das despesas públicas, sendo o sector público o principal empregador, fez aumentar o desemprego, particularmente dos homens que eram a maioria dos funcionários e trabalhadores do sector formal do mercado de trabalho, fazendo com que as mulheres, desde sempre obtendo rendimentos informais, vissem ser-lhes atribuída a maioria das responsabilidades familiares, sobrecarregadas elas mesmas com a transferência para as famílias dos custos dos serviços sociais, antes integralmente suportados pelo Estado, nomeadamente os relativos aos cuidados de saúde e à educação. O efeito do desemprego, sub-emprego e diminuição real de salários, afectou sobretudo os homens, maioritariamente empregados no sector formal, e em muitos casos as mulheres em Bissau, trabalhando como comerciantes por conta própria, no sector informal da economia, passaram a ser as principais fontes de obtenção de rendimentos nas respectivas famílias.

¹ Além da área continental integram ainda o país, algumas dezenas de ilhas do arquipélago dos Bijagós.

É neste contexto que, a partir da década de 90 se assistiu a um recrudescimento da iniciativa e dinamismo da sociedade civil em todos os campos, político, social, económico e também organizativo², crescendo rapidamente as associações informais voluntárias participadas predominantemente por mulheres.

Bissau e os seus moradores: a espacialização de uma relação internacional

« – Como está agora Bissau?

-Oh! Respondeu Malam com uma interjeição admirativa - Bissau já não é a mesma do teu tempo velho Samba. A paliçada que envolvia a cidade não existe. A muralha e o fortim desapareceram. Os brancos fizeram grandes coisas. Abriram ruas largas por onde passam automóveis, e têm grandes caminhões; lojas enormes com panos de tôdas as qualidades que os brancos fabricam na sua terra; contas douradas, bicicletas, e até máquinas de lavrar a terra, calcula tu, ó velho Samba. (...) Se visses as casas, a Administração e a ponte onde atracam os vapores de chaminés muito compridas, barcos tão grandes que lá caberiam à vontade mais de seis das nossas aldeias e que navegam com máquinas durante muitos dias!... (...) Tu não sabes, ó velho Samba, o que os brancos têm !...».³

O autor faz o personagem assumir a exterioridade de Bissau no contexto africano, através da utilização dos pontos de exclamação, e pela descrição algo iconoclasta dos automóveis, camiões, barcos e outras máquinas que representam no imaginário do autor os símbolos do progresso, da civilização europeia «do que os brancos têm», como faz o seu personagem dizer. Bissau é pois uma urbe extrovertida, o que se relaciona com a sua história.

Este facto motiva a necessidade de referir, sucintamente, alguns aspectos históricos que contextualizam as características específicas da actual capital, onde se enquadram as experiências associativas participadas pelas mulheres.

A Guiné, até ao fim do século passado, constituía um ““hinterland”” natural das ilhas de Cabo Verde, e São José de Bissau era uma modesta feitoria povoada por

² Acção Para O Desenvolvimento, 1993:13.

³ Duarte, Fausto. 1945 Auá. Novela Negra (1º Prémio de Literatura Colonial-1934). (3ª Edição). Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, Lda: 48-49

européus e essencialmente cabo-verdianos (Duarte, 1952:791), com cerca de 10 hectares, protegida por um forte e uma muralha, do lado de fora da qual se encontrava a pequena povoação de grumetes, designação dada aos africanos que, trabalhando e residindo junto das comunidades expatriadas, se distinguiam da generalidade dos autóctones, e que funcionavam como intermediários, entre a cidade europeia e as diferentes populações locais soberanas (Pélissier, 1989; Mendy, 1994).

O isolamento e fragilidade da situação de Bissau, circundada por populações soberanas, de quem dependia para a sua sobrevivência, é claramente visível no facto de que, até 1894, o abastecimento de água ao burgo se fazia a partir de uma fonte situada fora da feitoria em *chão* Papel e pertencente ao régulo de Bandim (Pélissier, 1989: 76). Este facto testemunha que S. José de Bissau surgiu uma povoação “exógena” no contexto africano e, de facto, após o declínio do tráfico de escravos, esteve frequentemente em conflituosidade com os poderes locais⁴.

A identidade histórica específica da população de Bissau construiu-se a partir das relações ultramarinas, da sua actividade comercial, da sua linguagem (crioulo), da religião cristã, e expressou-se na arquitectura das suas casas (Mark, 1996: 182). Isto é, a identidade da população de Bissau não se baseou em diferenças somáticas ou «raciais», mas sobretudo numa «cultura» específica. A «Bissau Velho» de hoje remonta no essencial ao século XIX (Teixeira da Mota, 1954: 74), e ainda hoje constitui um bairro comercial de ruas estreitas e casas de dois pisos caracterizadas pelas suas varandas, pórticos ou vestíbulos e balcões. As casas dos comerciantes abastados funcionavam como residência no piso superior e loja comercial no piso térreo (Teixeira da Mota, 1954: 72; Coquery-Vidrovitch, 1991:1389; Fernandes, 1998), e reproduziam os modelos europeus, (através dos materiais de construção, a organização do espaço e ainda por pórticos e motivos decorativos reproduzindo os da arquitectura de prestígio portuguesa), com adaptações às condições climáticas locais, entre as quais as características varandas e o sistema de arejamento. Os edifícios, caracteristicamente, com um alpendre e dois pisos. Catherine Coquery-Vidrovicht distingue uma «arquitectura colonial portuguesa», caracterizada por edifícios de dois pisos, sendo o

⁴ Ver a este propósito Pélissier, 1989; Teixeira da Mota, 1954 2^ovol.: 76; Duarte, 1952: 79; Mendy, 1994.

piso térreo constituído por uma «loja» (onde teria derivado o termo inglês «lodge»). Segundo esta investigadora, as «típicas casas coloniais portuguesas», contribuíram para definir a comunidade luso-africana, da Gambia à Serra Leoa, entre os séculos XVI e XVIII, expressando o seu prestígio (Coquery-Vidrovicht, 1991.:1391-1395).

Se, até ao século XX, a localização da capital na ilha de Bolama correspondia à necessidade de protecção da povoação, em relação às populações locais à ambição dos outros estados europeus (que um território limitado e rodeado por água favorece⁵), à medida que a ocupação militar progredia, e a cultura de amendoim do sul é transferida para o centro e este do país, Bissau desenvolver-se-á, abrindo novas oportunidades aos comerciantes, tornando-se assim o ponto de articulação da economia local com o mercado mundial. Pese embora o estatuto de cidade, adquirido em 1914, uma década depois, em 1922, o «Relatório Anual do Governador da Guiné», da autoria do Governador Velez Carço, descreve Bissau, como uma aglomeração de ruas estreitas de casas velhas e deploráveis condições sanitárias, junto à qual existia uma povoação de «grumetes», e à volta povoações indígenas⁶. Será nessa década que se iniciaram as transformações do espaço habitado, respondendo a diferentes necessidades, higiénicas, económicas e simbólicas e, ligadas com estas, as preocupações acerca do lugar dos indígenas na cidade, justificadas com argumentos sanitários. Sob o pretexto da peste bubónica, que dizimava os residentes de Bissau, foram tomadas medidas, tais como a demolição de casas velhas e o alargamento ou criação de ruas, expandindo a urbe, através da expropriação dos terrenos urbanos periféricos. No novo perímetro da cidade, elaborou-se um plano em quadrícula, donde se expulsou a população africana (Viegas, 1931: 91-93).

Posteriormente, na década de 40, com a transferência da sede do governo de Bolama para Bissau (1941), esta cidade será reorganizada em função do seu novo papel político e económico. É neste contexto que, sob a administração de Sarmiento Rodrigues, e aproveitando a oportunidade que constituía a comemoração oficial do V

⁵ O isolamento proporcionado pela ilha correspondia ainda ao desejo psicológico de distanciação do continente africano representado como mórbido fustigado por doenças e povoado de «bárbaros perigosos (Ver Sinou, 1993: 22).

⁶ Velez Carço, 1923:54-55.

Centenário da chegada dos Portugueses à Guiné (1946), se verificará um investimento estatal urbano sem precedentes, justificado pela presença crescente de numerosos funcionários e pela função político-comercial cada vez mais importante.

As transformações urbanas estiveram intimamente relacionadas com o projecto colonialista português, e foi a administração colonial que esteve na origem de quase todos os trabalhos de valorização urbana. Os instrumentos privilegiados de intervenção na organização do espaço foram os planos de urbanização (Foral de 1923; Diploma Legislativo nº1391 de 16 de Junho de 1947 e, por fim, o Plano Geral de Urbanização da Cidade de Bissau , através do Diploma Legislativo n.º 1416, de 15 de Junho de 1948.

Neste último Plano, consideram-se duas áreas distintas de intervenção: a «Bissau Velha», onde se procurou manter o antigo traçado, pois embora este seja considerado excessivamente retalhado em ruas e sem possibilidades de instalação de novas estruturas pela escassez de área livre atendeu-se aos interesses já criados pelos seus moradores, e a traça-se a «Bissau Nova», conhecida por *praça*, onde será utilizado um novo critério urbanístico, actualizado e conforme às conveniências coloniais⁷, estabelecendo-se uma área de transição entre ambas no prolongamento da parte baixa da cidade.

A cidade atrai um número crescente de imigrantes, e a questão do alojamento da população africana retorna como uma preocupação expressa.

Esta preocupação, estará na génese de uma organização espacial, expressa no Plano Geral de Urbanização de Bissau quando que estipula, no seu artigo 9º, que «*os bairros indígenas serão implantados por fora do perímetro da cidade*».

A questão da coexistência dos grupos sociais e raciais na cidade está subjacente a este Plano de Urbanização. O desenvolvimento desta preocupação, legitima-se em argumentos «técnicos», para assegurar a separação espacial das duas comunidades, a colonializadora e a colonizada.

⁷ Na «Bissau Nova» foram criados quarteirões de maiores dimensões, logo com menor número de ruas, dotados de espaços arborizados, e inserindo-se numa planta em quadriculado geométrico. Foram estabelecidas as diferentes zonas de comércio, indústria e de residências, e projectaram-se praças, campos de jogos e parques.

A ideia subjacente a esta segregação espacial, apela a uma ideologia do «progresso» e valores racionais de ocupação do espaço, tipicamente europeus e, em coerência com esta orientação, os autóctones são expropriados⁸ e empurrados para a periferia, onde passam a ser implantados os bairros «indígenas».

A segregação espacial das populações, reproduzia a distinção social da população entre «civilizados» e «indígenas». À semelhança das preocupações com o lugar dos indígenas na cidade que tinham estado presentes nas intervenções urbanas da década de 20, a reorganização espacial de Bissau da década de 40, redefiniu a localização no espaço dos diferentes grupos sociais, segundo critérios de segregação residencial. Este modelo segregacionista, conforme ao pensamento colonial português, evitou apoiar-se no discurso racial, legitimando-se através do discurso oficial sobre o «indigenato» (de cariz evolucionista), pressupondo que as diferenças culturais impunham transitoriamente a separação das populações, dada a impossibilidade de uma adaptação imediata dos africanos ao *modus vivendi* europeu. Por outro lado, justificando-se nos limitados recursos financeiros, privilegiou-se a concentração de esforços na qualificação urbana da cidade colonial, que deveria constituir um espaço «modelo», habitado pelos signos e códigos da nação portuguesa, donde se difundiriam, progressivamente, entre as populações locais.

O urbano é o espaço por excelência do poder colonial, procura reproduzir os modelos urbanos e arquitectónicos europeus, é a sede dos poderes públicos, dos equipamentos sociais e é o espaço de residência dos europeus⁹, cuja crescente importância numérica e política proporciona a possibilidade de adoptarem de forma mais completa os modelos europeus de referência. No entanto, o contínuo aumento populacional na periferia de Bissau onde em 1950 habitava já 79% da população, isto é,

⁸ Em conformidade com esta orientação, dentro do perímetro da cidade o habitat tradicional foi demolido, como por exemplo o bairro denominado "Chão de Papel".

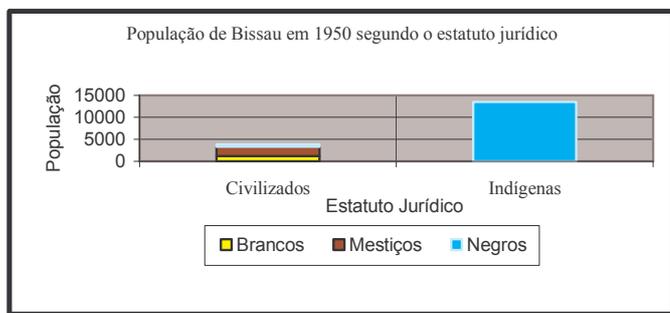
⁹ Dentro de Bissau as áreas residenciais dos europeus, maioritariamente funcionários do Estado ou das grandes empresas monopolistas, distinguem-se, por sua vez, consoante o respectivo estatuto social. Os altos funcionários habitam uma área contígua ao Palácio do Governador, reservando-se o bairro "Portugal" para os funcionários mais importantes e o bairro Vieira Machado para os outros. Na parte inferior da cidade localizam-se as instalações portuárias, os armazéns e a população com mais baixo estatuto. Deste modo mesmo dentro do Bissau "europeu" o estatuto social traduz-se no espaço.

13 463 habitantes (Silveira, 1989:89), levará a administração colonial a empreender um esforço de reorganização destes bairros «africanos», em ruas alinhadas, onde se pretende implantar moradias «modelo», conforme às concebidas para o bairro indígena de Santa Luzia, que constitui o primeiro projecto de ordenamento da habitação indígena em Bissau. A Portaria n.º 24 de 28 de Abril de 1947, publicada no Boletim Oficial nº17, revela no seu ponto 4, que as habitações se destinam a arrendamento exclusivamente a indígenas moradores em Bissau (pedreiros, carpinteiros, serralheiros, trabalhadores urbanos e rurais, serventuários domésticos, marítimos, condutores de automóveis, pintores), segundo a listagem das profissões dos futuros moradores, e que estes, ainda devem ter comportamento moral. «(...) *A conveniente constituição da família de harmonia com a capacidade da habitação; (...) mérito profissional; (...) estabilidade no seu emprego; (...) conhecimento da língua portuguesa*» (do ponto 5º do referido diploma). Circunscreve-se, no texto legislativo, o universo dos potenciais locatários do bairro, reservado aos indígenas que já viviam em Bissau, onde ocupavam os empregos mais baixos hierarquicamente e mais mal pagos do mercado de emprego. Estes «indígenas de Bissau» constituíam uma população heterogénea, que se desenvolveu em contacto com a cidade colonial, e seriam privilegiados expressamente neste texto jurídico, no pressuposto de que «*é nas populações em dissociação tribal, que há mais facilidade em difundir o cristianismo e, de um modo mais geral, prosseguir com êxito uma política de assimilação*» (Teixeira da Mota, 1948:106). A concepção deste bairro, numa área onde foi demolido um bairro popular anterior, foi institucional e explicitamente destinada a provocar a adaptação das famílias ao modo de vida europeu, segundo a ideologia assimilacionista. A mesma Portaria estabelece no seu ponto 6º as regras de conduta a que os arrendatários ficavam obrigados, entre as quais, (i) «*prover as suas moradias de mobiliário decente, nunca fazendo vida pelo chão, quer para tomarem as refeições, quer para descansarem*; (ii) *nas refeições torna-se obrigatório o uso de colher e garfo*» alínea g); (iii) «*A não coabitar maritalmente com mais de uma mulher*» (alínea iv).

Da leitura destes extractos da referida Portaria pode concluir-se que o bairro indígena de S. Luzia foi concebido como instrumento de assimilação da população

africana, à qual se procurava impor hábitos e costumes “civilizados”. Em coerência com esta orientação, as casas desenhadas para este projecto, inspiraram-se na tradição metropolitana das «casas económicas» com logradouro em toda a volta (Varanda, 1968: 38).

A Bissau colonial, caracterizada por uma função essencialmente administrativa e pelo facto de constituir uma zona urbana reservada, reproduzindo as cidades da metrópole, é por definição ““européia”” e exclusivista, repelindo para a periferia o habitat, os homens e os valores africanos, e os habitantes dos subúrbios só vão à cidade europeia para trabalhar, pagar o imposto ou recorrer a um ou outro serviço público. A esta distância social e económica entre os dois espaços da cidade, o centro colonial e a sua periferia, correspondia a diferenciação ideológica entre ““civilizados”” e ““indígenas””, isto é, a sociedade colonializadora e a sociedade colonizada.



Fonte: Mota, 1954, 2 v: 67

A partir dos anos 60 assistiu-se a um amplo movimento de auto-construção para habitação, que deu origem aos bairros populares africanos de Bissau, sob a pressão do êxodo rural, resultante, entre outros, da contínua chegada de migrantes das áreas de combate atraídos pela segurança da cidade (Acioly, 1993: 34). Além do impacto do processo de urbanização espontânea de bairros periféricos ou populares, as alterações na estrutura urbana que ocorreram nas décadas de sessenta e setenta, resultaram ainda da nova política urbana, assente na implementação de projectos residenciais (como o Bairro da Ajuda criado neste âmbito) e de infra-estruturas urbanas. Estas preocupações

urbanas faziam parte de um programa intervencionista mais vasto, conhecido pelo slogan de «Guiné-Melhor» (Spínola, 1973)¹⁰. As preocupações urbanas expressas pela administração colonial coincidiram com o agudizar da luta armada, sugerindo que, o interesse pelas questões urbanas teria sido consequência de interesses político-militares.

Após a independência, o estado nacional manteve a centralização administrativa e comercial característica do período colonial¹¹, o que, conjuntamente com as dificuldades agravadas dos primeiros tempos da independência, atraiu a emigração. Em resultado a população cresceu rapidamente. Para este aumento populacional, contribuiu ainda a vinda de antigos combatentes e outras pessoas dos meios rurais, atraídos pela euforia de visitarem ou trabalharem em Bissau, cidade que antes da independência era praticamente inacessível para muitos guineenses. Deste modo originaram-se os bairros periféricos, de construção espontânea, onde reside a maioria da actual população de Bissau. Embora estes bairros, sejam essencialmente bairros residenciais, no seu interior realiza-se o comércio de bens de primeira necessidade, em lojas ou junto às bermas das estradas, e na varanda das habitações ou junto a estas trabalham-se os metais (ourivesaria, ferraria), os tecelões trabalham o fio de algodão nos seus teares, os costureiros, sempre homens, cozem nas suas máquinas de costura, e outros trabalhos artesanais são praticados pelos africanos.

Na altura da independência a Bissau colonial era uma pequena cidade colonial que possuía as amenidades de uma cidade europeia com as suas ruas ordenadas, água canalizada, electricidade, muitos cafés e lojas de comércio. Logo a seguir à independência, as casas vagas após a retirada precipitada destes militares e colonos, foram reocupadas por militantes do PAIGC e membros do novo governo (Urdang,

¹⁰ Em 1969 cerca de 2/3 do território guineense deixou de estar sob o controlo das autoridades coloniais portuguesas. António de Spínola, governador e Comandante-chefe das forças militares coloniais, procura atrair as populações africanas desencadeando uma política de reformas económicas e sociais, denominada de «Guiné-Melhor», e que consistia na estratégia da «guerra psicológica», ao mesmo tempo que intensifica o esforço militar. Esta nova estratégia colonial não obteve no entanto os resultados ambicionados e o PAIGC, que passou a dispor de modernas e eficientes armas antiaéreas, tem sucessivos êxitos militares ao mesmo tempo que angaria apoios diplomáticos a nível internacional que culminam, em 1972 com o reconhecimento por parte da Comissão de Descolonização da ONU, do PAIGC como único e legítimo representante do povo da Guiné.

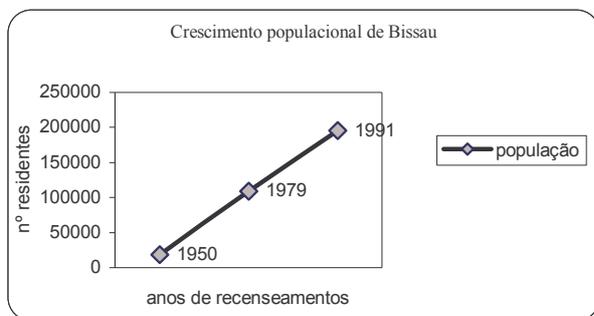
¹¹ No seio do PAIGC chegou a discutir-se a possibilidade aviltada no tempo de Luís Cabral de descentralizar o centro político administrativo abandonando a antiga capital colonial. O pragmatismo acabaria por conduzir à manutenção da capital em Bissau, único centro dotado das infra-estruturas para o exercício do poder político e económico.

1979: 263). Em suma, as cidades, como Bissau, que foram originariamente criadas pelos europeus, segundo critérios defensivos e comerciais, desenvolveram-se segundo critérios segregacionistas, onde os nativos eram excluídos e discriminados pela sua raça, etnia e ainda pelo género, uma vez que os trabalhos que os nativos eram chamados a realizar privilegiavam os homens.

A independência realizou uma transferência de africanos (essencialmente de funcionários) para a cidade europeia, mas só a aparência racial da dicotomia se alterou. A segregação habitacional e laboral manteve-se e os seus padrões envolvem a manutenção da distância social, submetendo os habitantes dos bairros periféricos a um processo de marginalização social. Esta população emigrante instalou-se nos bairros periféricos de forma informal. No entanto, não parece correcto falar, a propósito destes bairros, em bairros da lata ou clandestinos como acontece noutras grandes cidades africanas como Dakar ou Abidjan.

Estes bairros populares de Bissau caracterizam-se, no entanto, pela sua extensão, inexistência de saneamento básico, ambiente insalubre e pela fraca utilização das facilidades de água canalizada e luz eléctrica de que o bairro dispõe. Se quase todos os bairros têm distribuição de luz e água, poucas casas usufruem delas e o seu fornecimento é muito irregular, havendo frequentes e prolongados cortes no abastecimento. As ruas alcatroadas são unicamente as ruas principais que envolvem os bairros uma vez que dentro dos bairros as ruas e caminhos são de terra batida. Os bairros possuem um carácter residencial muito marcado embora exista algum comércio, artesanato e cultivo agrícola. A sua população manifesta a diversidade étnica do país embora muitas vezes uma etnia seja predominante em determinado bairro. Continuam a praticar-se cerimónias, recorrer aos médicos e religiões tradicionais, assim como a fazer apelo à solidariedade da família alargada e a manter contactos regulares com a aldeia de origem familiar. A presença de *bulanãs* e hortas em Bissau, onde constituem uma fonte de subsistência e rendimento importante, não corresponde a um arcaísmo ou tradicionalismo, mas antes constitui uma estratégia, predominantemente feminina, para assegurar a alimentação familiar, e obter rendimentos no contexto da crise económica.

Deste modo as práticas agrícolas em Bissau são um fenómeno caracteristicamente urbano. As mulheres cultivam em quintais junto às habitações legumes, mandioca e árvores de fruto e em terrenos perto das povoações cultivam legumes de regadio para consumo e venda (Galli & Funk, 1992-1994: 243; David & Moustier, 1993).



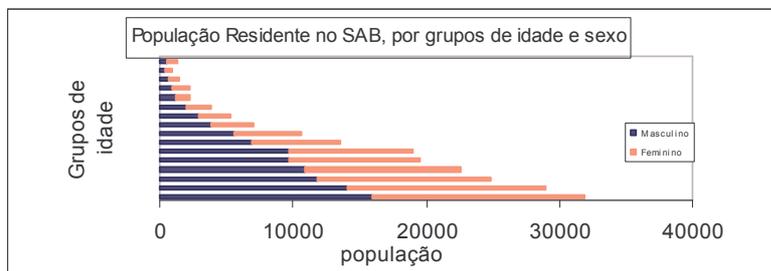
Se o período colonial esteve na génese da cidade, a Bissau contemporânea é ainda resultado do fenómeno de urbanização que se desenvolveu a seguir à independência. Apesar do rápido crescimento urbano, a Guiné-Bissau continua a ser dos países menos urbanizados no continente africano que, por sua vez, é dos menos urbanizados a nível mundial. O aumento populacional, conjugado com as condições adversas nos campos (declínio gradual das terras cultiváveis disponíveis, más condições climáticas, degradação dos solos, ausência de infra-estruturas, instabilidade social), aliados às baixas dos custos dos transportes e comunicações, e às limitações impostas internacionalmente às migrações, provocaram um fluxo crescente de populações relativamente pobres e sem qualificações profissionais, destinadas a constituir uma mão-de-obra no desemprego ou sub emprego, contribuindo para o fenómeno de proletarização das populações rurais e de empobrecimento das populações urbanas.

Embora após a independência fossem realizados uma série de programas de valorização da cidade, através do Plano Geral Urbanístico de 1991, realizado pelo Ministério das Obras Públicas, Construção e Urbanismo e, desde 1989, através do programa de Acção Social e Infraestrutural – PASI— co-financiado pelo Banco Mundial, visando a recuperação de equipamentos e edifícios no núcleo colonial de Bissau, e ainda através do Projecto de Melhoramento dos Bairros de Bissau – PMBB

gerido pela em cooperação sueca, e que incidiu sobre os bairros populares, a soma destas intervenções não obviaram à continuação da separação da cidade administrativa do resto da aglomeração, em herança do período colonial (Acioly, 1993).

A seguir à independência, ocorreu mesmo um agravamento dos desequilíbrios estruturais, entre a cidade e o campo, não obstante o discurso desenvolvimentista do PAIGC privilegiar o mundo rural, os camponeses e a agricultura, na prática, Bissau continuou a constituir o principal centro de absorção do consumo, e um pólo privilegiado de desenvolvimento. Este facto contribuiu para acentuar a macrocefalia de Bissau, favorecendo o êxodo rural e o crescimento demográfico da capital, que contribuiu para o aumento do fenómeno de autoconstrução de casas nas áreas periféricas. Este fenómeno é visível na repartição da população por grupos de idade e étnicos, onde os Papéis, originários da área de Bissau, representam a grande maioria dos residentes com 65 e mais anos, mas onde, devido à emigração, a população jovem (entre 0 e 44 anos) é de origens étnicas diversas e os Papéis deixam de representar o grupo étnico com maior número de indivíduos.

- **Dinâmicas demográficas e processos económicos, sociais e culturais**



Fonte: Recenseamento 1991

A estrutura etária da população do SAB-Sector Autónomo de Bissau caracteriza-se pela dimensão preponderante das classes de idade mais baixas e pelo decréscimo acentuado de efectivos à medida que as idades se elevam (só 4.1% da população tem 65 anos e mais), em consequência das elevadas taxas de natalidade (42.9

por mil) e mortalidade (23 por mil) que se verificam no contexto de um dos países mais pobres do mundo, que é a Guiné-Bissau¹².

Na sociedade contemporânea de Bissau, e em resposta à crise económica, a família africana tem vindo a sofrer rápidas transformações, quer dos seus papéis, quer da sua estrutura, mesmo se continua a constituir a unidade social básica (Adepoju, 1997:8; Mbugua 1992), e o seu significado em termos de funções e responsabilidades parece mesmo ter aumentado. As pressões sociais sobre esta unidade social básica multifuncional (Adepoju, 1997:41), resultaram em modificações adaptativas (Adepoju, 1997:10,17; Mbugua, 1992). Uma das mudanças mais visíveis é a coexistência de uma grande variedade de diferentes formas de relações conjugais e organizações familiares, na mesma sociedade ou grupo sócio cultural (Aryee, 1997: 81; Isiugo-Abanihe et al, 1991; Bledsoe 1990: 119; Oppong 1991; Mbugua 1992), num contexto em que as relações conjugais, se tornam mais fluidas e diversas, que no passado. Embora existindo uma tendência para o decréscimo das uniões poligâmicas em contexto urbano, frequentemente estas são substituídas pela poligamia «de facto», isto é de uniões poligâmicas sem co-residência das respectivas esposas (Kayongo-Male & Onyango, 1984; Meeker, 1992) conhecidas como o fenómeno da «casa dois» (Cardoso & Imbali, 1996:235) e noutros contextos como «sugar daddy relations» (Dinan, 1983; Bledsoe 1990). Um dos incentivos convencionais da prática da poligamia é o facto de esta ser uma estratégia de aquisição das contribuições femininas em trabalho doméstico e económico, mas igualmente a poligamia resulta do facto desta prática ser, para os homens, signo de estatuto social e fonte de prestígio (Oppong, 1991; Mbugua, 1992; Adepoju 1997).

Actualmente coexistem uma multiplicidade de práticas e sistemas: casamentos tradicionais, civis, religiosos, uniões consensuais, livres ou informais, ou a combinação de duas ou mais formas simultânea ou sucessivamente. Deste modo os agregados familiares constituem-se a partir de uma pluralidade de normas regendo as relações matrimoniais e de parentesco, a que se juntam novas formas de uniões maritais emergentes (Oppong 1997:170; Delgado & Fernandes 1989), com consequências a

¹² Dados de 1991.

nível das estratégias económicas das famílias. Por exemplo, as famílias matrifocais, dirigidas por mulheres, implicam estratégias específicas na aquisição do rendimento familiar e na sua gestão (Delgado & Fernandes, 1989).

A população feminina, residente no SAB, com idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos, inclusive, constituem 46% do total da população feminina (dados de 1991), o que revela uma estrutura jovem, com repercussões nos comportamentos quanto à nupcialidade e fertilidade. Os dados indicam que, no universo das mulheres com 12 e mais anos, a maioria é casada (51.9%). No entanto, os mesmos dados, indicam que a condição de solteira não é limitativa da maternidade, uma vez que só 9.8% das mulheres solteiras, com 12 e mais anos, não têm pelo menos um filho. No grupo de idade das mulheres entre 20 e 24 anos a percentagem de mulheres sem filhos é de 0.6% (dados 1991). A idade média da primeira maternidade é aos 16-17 anos, sendo mais baixa nos meios rurais (Governo da Guiné-Bissau/UNICEF, 1988). Se considerarmos o grupo de mulheres com 40-44 anos, isto é, aproximadamente no fim do seu ciclo reprodutivo, em média cada mulher tem 5.4 filhos, o que indica taxas de fecundidade elevadas. A manutenção de altas taxas de fertilidade é considerado o resultado da reprodução de modelos familiares¹³ e religiosos¹⁴ que impõem uma prole numerosa, e da combinação de factores socio-culturais e económicos: casamento e gravidez precoces, da erosão da prática de prolongados períodos de amamentação e da abstinência sexual pós-parto, e limitado uso de contraceptivos (Oppong 1997:159).

Outra característica da organização dos agregados domésticos, tal como é retratada no Recenseamento de 1991, é a sua chefia ser, ideal e geralmente, atributo de um membro masculino e, simultaneamente, coexistir um número apreciável (19.2%) de agregados domésticos sob a liderança de uma mulher¹⁵.

O fenómeno das famílias dirigidas por mulheres, aumentou consideravelmente nas últimas décadas, uma vez que em 1986 constituam, a nível nacional 9% dos

¹³ O comportamento pró-natalício das mulheres é justificado pela necessidade de assegurar, através dos filhos, ajuda no trabalho e segurança na velhice (Governo Guiné-Bissau/Unicef, 1988).

¹⁴ As religiões praticadas incentivam todas a fertilidade e condenam o planeamento familiar.

¹⁵ Nos últimos trinta anos, a proporção de agregados familiares dirigidos por mulheres, tem vindo a aumentar significativamente, representando no fim do século XX, 20% dos agregados familiares, na África Ocidental (Adegboyega, 1997:32).

agregados familiares, e em 1993 representavam já 17.4% do total dos agregados domésticos (Cardoso & Imbali, 1996:228). Estas mulheres que dirigem e sustentam o seu agregado familiar podem ser viúvas (87%), divorciadas ou separadas (63%), solteiras (25%), mas também, em menor medida, casadas (9.1%).

A mulher assume a liderança familiar nas situações em que, por uma das várias razões possíveis, não existe nenhum membro masculino capaz de o fazer. Além destas famílias de jure lideradas por mulheres, muitas outras, são de facto igualmente chefiadas pelas mulheres, quer porque o marido está muito velho, ou desempregado, ou emigrou, ou simplesmente abandonou a família, o que explica que entre as mulheres casadas 9.1% assumam a direcção da família. Quaisquer que forem as razões deste fenómeno, as mulheres têm de combinar e equilibrar o trabalho e as responsabilidades familiares, estando sujeitas a grandes pressões.

Neste contexto, os novos papéis das mulheres na economia da comunidade e da família, relacionam-se com as transformações sofridas pela instituição familiar em resultado das mudanças sociais, modernização, desenvolvimento e da recente crise económica.

População residente no SAB, com 8 e mais anos, por principal meio de vida e sexo						
Principal meio de vida	Total		Homens		Mulheres	
	144898		71877	49.6%	73021	50.3%
Rendimento do trabalho	46533	32.1%	34773	23.9%	11760	8.1%
Rendimento propriedades	1489	1%	950	0.6%	539	0.3%
Subsídios Pensões	1680	1.1%	1292	0.8%	388	0.2%
A cargo da Família	92659	63.9%	33792	23.3%	58867	40.6%
Outra situação	2537	1.7%	1070	0.7%	1467	1%

Fonte: dados da tabela 7.2 Recenseamento Geral da População e Habitação de 1991

Os dados acerca do emprego e rendimento recolhidos no Recenseamento Geral da População e Habitação de 1991, devem ser lidos no contexto dos fenómenos da «informalidade» da sociedade e economia prevaletentes em Bissau.

Os rendimentos têm origens diversas e só parcialmente são registados, regulares ou expressos em dinheiro, o que introduz um factor de erro apreciável nas estatísticas oficiais, o que é particularmente visível no caso da notação do trabalho e rendimento femininos. Pese embora esta discrepância, entre a realidade e a sua representação estatística, o referido recenseamento, permite uma primeira aproximação ao fenómeno do trabalho e rendimento. O sector de actividade económica preponderante no Sector Autónomo de Bissau é o terciário (72.1%), o que confirma a vocação da cidade como fornecedora de serviços, e a sua fraca industrialização.

.O baixo nível de escolarização afecta a empregabilidade feminina e, deste modo, as mulheres que constituem unicamente 27.7% do total da população activa empregada, sendo preponderantes na população inactiva (66.8%), onde desempenham, em exclusividade, as tarefas domésticas enquanto ocupação principal, mas esta rubrica recobre, também, a produção para alimentação da família, a criação de animais, o cultivo de hortas, a transformação de produtos agrícolas e florestais, e outras actividades económicas, que são desempenhadas como tarefas domésticas, no âmbito das responsabilidades familiares das mulheres. Este facto explica, pelo menos em parte, a elevada percentagem de mulheres (com 8 e mais anos) que declararam encontrar-se a cargo da família (80.6% do total das mulheres). Significativamente só uma minoria de 16.1% das mulheres declarou como principal meio de vida o rendimento do trabalho.

Os dados acerca do emprego e rendimento recolhidos no Recenseamento Geral da População e Habitação de 1991, devem ser lidos no contexto dos fenómenos da «informalidade» da sociedade e economia prevalentes em Bissau.

Os rendimentos têm origens diversas e só parcialmente são registados, regulares ou expressos em dinheiro, o que introduz um factor de erro apreciável nas estatísticas oficiais, o que é particularmente visível no caso da notação do trabalho e rendimento femininos. Pese embora esta discrepância, entre a realidade e a sua representação estatística, o referido recenseamento, permite uma primeira aproximação ao fenómeno do trabalho e rendimento. O sector de actividade económica preponderante no Sector

Autónomo de Bissau é o terciário (72.1%), o que confirma a vocação da cidade como fornecedora de serviços, e a sua fraca industrialização.

Os dados acerca do emprego e rendimento recolhidos no Recenseamento Geral da População e Habitação de 1991, devem ser lidos no contexto dos fenómenos da «informalidade» da sociedade e economia prevalentes em Bissau.

Os assalariados concentram-se no sector terciário, principalmente como funcionários da administração pública, e no comércio, restauração e hotelaria, transportes e trabalhos domésticos. Embora pouco numerosas no mercado de trabalho, em que o número de mulheres é relativamente pouco significativo (10.2% do total dos empregados), as mulheres assalariadas, empregam-se prioritariamente no sector de serviços, e têm por principal empregador o Estado. baixo nível de escolarização entre as mulheres predispõem-nas para ocupar os lugares mais baixos na hierarquia ocupacional, onde recebem menores rendimentos.

.O baixo nível de escolarização afecta a empregabilidade feminina e, deste modo, as mulheres que constituem unicamente 27.7% do total da população activa empregada, sendo preponderantes na população inactiva (66.8%), onde desempenham, em exclusividade, as tarefas domésticas enquanto ocupação principal, mas esta rubrica recobre, também, a produção para alimentação da família, a criação de animais, o cultivo de hortas, a transformação de produtos agrícolas e florestais, e outras actividades económicas, que são desempenhadas como tarefas domésticas, no âmbito das responsabilidades familiares das mulheres. Este facto explica, pelo menos em parte, a elevada percentagem de mulheres (com 8 e mais anos) que declararam encontrar-se a cargo da família (80.6% do total das mulheres). Significativamente só uma minoria de 16.1% das mulheres declarou como principal meio de vida o rendimento do trabalho.

As mulheres, que constituem 28.2% da população activa estão sobre-representadas nos trabalhadores por conta própria, em que constituem 39.4% dos activos, e onde 39.4% do total das mulheres activas obtêm rendimentos. A grande percentagem de mulheres como trabalhadoras independentes, é devida ao facto de desenvolverem uma variedade de pequenos trabalhos no sector informal.

Os dados estatísticos indicam que as categorias profissionais onde as mulheres estão melhor representadas, são a das de «pessoal do comércio e vendedores», onde constituem a maioria dos activos (50.3%). É como «pessoal do comércio e vendedores» que desenvolvem as suas actividades, geradoras de rendimento, 36% das mulheres activas.

O recenseamento de 1991 recolheu informação sobre a religiosidade¹⁶ e etnicidade dos residentes no SAB, que evidenciam o pluralismo confessional e a multi-eticidade da população. Estes dados realçam o pluralismo confessional da população, onde coexistem as religiões cristãs, islâmicas e tradicionais, sendo que em Bissau o peso do cristianismo (32.5%), corresponde à história do processo de urbanização de Bissau, que foi condicionado pela presença das elites políticas e comerciais e dos seus valores e práticas religiosas cristãs. Este fenómeno manteve-se até à actualidade, pois ocorreu historicamente uma assimilação da cultura colonial por parte da elite político-económica africana que reproduz a sociedade dita «moderna» de essência extrovertida.

Evolução das confissões religiosas em Bissau			
Data	Animista	Islâmica	Cristã
1950 x	91.2	6.2	2.47
1991 xx	29.7	30.4	32.5

Fontes: x Teixeira da Mota 1954; xx Recenseamento Geral da População e Habitação 1991

Da comparação dos dados recolhidos em 1950 e 1991, resulta um decréscimo da proporção de residentes que se identificam com as religiões tradicionais, em benefício do peso relativo daqueles que se identificam com a religião cristã (que sobe de 2.5% da população em 1950 para 32.5% em 1991) e muçulmana (que aumenta de 6.2% para 30.4%).

As informações recolhidas num censo, por razões técnicas, são limitadas em termos da identificação e notação de fenómenos importantes, especialmente aqueles que

¹⁶ Utiliza-se a expressão «cristianizados» para denotar, tal como ocorre com a denominação vulgarizadas de «islamizados» o sincretismo e hibridação das práticas religiosas da população.

requerem informação mais detalhada ou substancial. A dificuldade de notação do fenómeno religioso, vivenciado pela população do SAB, prende-se com a sua complexidade que deriva da coexistência histórica de um pluralismo religioso experienciado de forma específica, em que as práticas e valores não são mutuamente exclusivos mas antes, complementares e cumulativos. Na Guiné, a religiosidade é vivida de forma heterodoxa e idiossincrática, e o cristianismo, e o islamismo são assumido frequentemente por efeito de sociabilidade, mais do que por convicção doutrinária, donde preferimos denominar as populações que se reclamam como pertencentes às religiões de origem não autóctone, como, respectivamente, cristianizados e islamizados. De facto as populações recorrem, segundo as circunstâncias, a rituais e aos oficiantes, sucessivamente ou simultaneamente, a práticas «animistas», cristãs e islâmicas.

Do ponto de vista da identidade étnica, a população de Bissau reproduz a diversidade cultural do país, onde coexistem mais de três dezenas de grupos étnicos distintos. Entre estes grupos étnicos podem nomear-se os Balanta, Fula, Mandinga, Manjaco e Papel que têm maior peso numérico¹⁷.

A coexistência de múltiplas etnias relaciona-se directamente com o facto da maioria dos residentes do SAB serem políglotas (76,2%), num contexto em que coexistem as diversas línguas étnicas (que são muitas vezes as línguas maternas), o português que é a língua oficial do país (mas só a primeira língua falada de 3.9% da população) e o crioulo, que é língua de comunicação por excelência.

O crioulo, língua urbana por excelência é utilizado como língua de comunicação num país caracterizado pela coexistência de inúmeras línguas étnicas, e é a principal língua falada no SAB (61% da população usa o crioulo como primeira língua falada), enquanto que o português, embora seja a língua oficial, é a primeira língua falada de um número relativamente diminuto de pessoas (3.9%), o que denota uma fraca utilização da língua oficial pela população, e está directamente relacionado com o baixo nível de

¹⁷ Governo Guiné-Bissau/UNICEF, 1988.

escolarização, uma vez que a aprendizagem da língua oficial, tem lugar no sistema de ensino formal «*a skola di branku*».

Sintetizando, a característica básica do processo de crescimento de Bissau é a sua informalização (Acioly, 1993: 14) operando através de um processo espontâneo de autoconstrução levado a cabo pelas populações mais pobres e que originaram os bairros populares onde reside a maioria da população da cidade. Segundo os dados estatísticos mais recentes (recenseamento de 1991), é uma população jovem, com índices altos de natalidade e fracamente escolarizada, factores que se conjugam com as altas taxas de desemprego, subemprego, e fracos rendimentos, para a deterioração das condições de vida. A informação estatística sobre os padrões de fertilidade, nupcialidade, composição do agregado doméstico, as actividades económicas e rendimentos, assim como as características do alojamento, testemunham a crise económica e social, e a inerente degradação dos padrões de vida dos moradores em Bissau (Galli & Funk, 1992/1994: 243), com consequências nas relações de género.

As pressões económicas resultantes da economia dependente e subdesenvolvida da Guiné-Bissau, conjugadas com o habitus feminino de autonomia económica e responsabilidade familiar (as mulheres sendo as responsáveis pela manutenção da unidade elementar de produção e consumo constituída por uma mãe e os seus filhos, denominada em crioulo *fogão*, induziram a elaboração de respostas locais perante os novos circunstancialismos sócio-económicos. Particularmente as mulheres, mais afectadas pela ileteracia e desemprego, e com responsabilidades financeiras acrescidas (pela insuficiência dos rendimentos dos homens, sejam os maridos ou outros parentes desempregados que se juntam ao seu *fogão*, na manutenção das famílias, reagem às pressões sócio-económicas, resultantes dos programas de ajustamento estrutural, essencialmente através do auto-emprego no sector informal¹⁸.

O ajustamento estrutural, significou para as mulheres o aumento das suas actividades geradoras de rendimento no sector informal, onde as mulheres detinham já uma larga experiência (Galli & Funk, 1992-1994: 243), enquanto que os homens viram

¹⁸ Oppong, 1997: 163; Monteiro, 1996:22; Duarte & Gomes, 1996: 99.

os seus rendimentos e empregos diminuïrem. A contracção do emprego assalariado e das despesas estatais afectas aos serviçoes de protecção social, saúde e educação, que passaram a ser suportados pelas populações, conjugaram-se para modificar os papéis familiares dos homens, uma vez que os salários desvalorizados e o desemprego crescente, resultam na incapacidade dos homens para assegurarem uma parte significativa das despesas familiares. Em resultado, ocorreu num crescimento drástico do trabalho feminino, uma vez que as mulheres se viram compelidas a aumentarem as suas actividades geradoras de rendimentos, na tentativa de assegurar os padrões de vida familiares¹⁹.

É neste contexto que, a partir da década de 90 se assistiu a um recrudescimento da iniciativa e dinamismo da sociedade civil em todos os campos, político, social, económico e também organizativo²⁰, crescendo rapidamente as associações informais voluntárias participadas predominantemente por mulheres. Ora, as associações, como se argumenta, são essenciais para as mulheres assumirem uma nova liberdade ligada à urbanização, e a intensificação do movimento associativo testemunha esta tendência de reorganização social e mudança em meio urbano. As relações de género não são estáticas e as elaborações sociais das diferenças entre homens e mulheres dependem da dinâmica sócio-económica em que são construídas (Cordonnier, 1977: 387-412), e que por sua vez influenciam (Stamp, 1989: 17-23), recompondo-se através de contínuas negociações (Jacquet, 1995: 2). Neste âmbito, as actuais pressões económicas, resultantes da implementação dos programas de desenvolvimento, particularmente o «Ajustamento Estrutural», iniciados na Guiné-Bissau na década de 80, podem ser potencialmente indutoras de mudanças nas relações de género (Gordon, 1996: 66, 105, 176).

¹⁹ Enquanto que tradicionalmente a contribuição da mulher para a alimentação quotidiana da família era limitada aos condimentos, actualmente tende a aumentar e muitas vezes é da sua total responsabilidade devido à insuficiência da contribuição masculina ou à sua inexistência (Crowley, 1993: 143-144).

²⁰ Acção Para O Desenvolvimento, 1993:13.

- **O Associativismo em África: reconciliando motivos e meios tradicionais com funções urbanas**

O continente africano tem sido caracterizado pela sua dinâmica associativa, particularmente a costa ocidental onde as associações²¹ de mulheres proliferam nas sociedades rurais e urbanas (Rosander, 1997:12; Odeyé-Finzi, 1985).

A comparativamente maior tendência associativa das mulheres é recorrente em África, e tem sido referenciada em diferentes contextos²².

Estas práticas associativas das mulheres, nas sociedades pré-coloniais, têm sido relacionadas com as assimetrias de género, em que a residência virilocal, e a dominância dos homens nas estruturas de poder do sistema linhageiro, excluindo as mulheres relativamente ao poder e autoridade públicos, proporcionaram o motivo e a oportunidade para o estabelecimento de organizações associativas de base voluntária e igualitária, sustentadas pela solidariedade de posições e interesses individuais e colectivos.

As mulheres estando menos constrangidas pelas hierarquias das estruturas de parentesco, uma vez que, por um lado, vivem entre a parentela do marido, e por outro, o seu poder e acesso aos recursos no interior da sua própria família é limitado, estariam «marginalizadas» socialmente, o que teria propiciado os motivos, os meios e as oportunidades, para sua autonomia e individualização²³, concorrendo para o fenómeno do associativismo voluntário feminino.

As estratégias associativas das mulheres estão, deste modo, directamente relacionadas com a estrutura de poder e assimetrias de género nas sociedades africanas pré-coloniais²⁴, nas quais as associações femininas proporcionavam as bases organizativas para promover os interesses económicos, sociais e políticos das mulheres²⁵. Dito de outro modo, esta predisposição das mulheres para se organizarem segundo princípios de filiação individual e voluntária, seria uma consequência da sua

26 As associações correspondem a formas organizativas fora do espaço doméstico (Rosander, 1997a: 28).

22 Little, 1965: 3; Odeyé-Finzi, 1985: 82; Comhaire-Sylvain, 1968: 258; Rosander, 1997a: 12

23 Segundo Eva Rosander as mulheres não se organizam em redes de solidariedade baseadas no parentesco, estando autonomizadas em unidades nucleares de mães e filhas (Rosander, 1997a: 17).

24 Lamphere, 1993:10

25 Wipper, 1995: 164; Lambert, 1956: 67; Stamp, 1975-1976; Van Allen, 1982: 556

«solidão social». Em síntese, o dinamismo associativo feminino em África, tem sido explicado enquanto um habitus feminino, fundado no costume das mulheres se reunirem em associações para promover os seus interesses económicos, sociais e políticos, associações essas que, embora tenham sido prejudicadas pelo impacto do colonialismo²⁶, que não as reconheceu e as ignorou na administração colonial, teriam ressurgido após as independências (Okonjo, 1976:48).

A forte participação feminina nas associações na sociedade actual poderá pois ser interpretada enquanto uma estratégia das mulheres de recuperar uma tradição associativa (fazendo recurso a um habitus), no âmbito de táticas de investimento social que, segundo Pierre Bourdieu, visam exactamente instaurar ou manter relações sociais, directamente utilizáveis ou mobilizáveis, transformadas em obrigações duráveis através, nomeadamente, da troca de dinheiro, trabalho ou vantagens de vários tipos através da mobilização de *cunhas*.

No entanto, entre as associações pré-coloniais e as actuais existem diferenças significativas. Na África pré-colonial as associações de mulheres incluíam os grupos de idade, género (sociedades dos ritos de iniciação), sociedades secretas e grupos de trabalho e dança²⁷, que podiam fornecer uma estrutura organizativa para funções políticas e sociais mais vastas²⁸. A filiação nas associações femininas, era, em grande medida, predeterminada em função da idade, do género ou da sua inserção numa unidade de parentesco ou territorial²⁹, e a adesão era prescrita, dispensando a iniciativa individual, distinguindo-se por aí, das associações actuais animadas por mulheres, que mantendo os princípios tradicionais da solidariedade e interajuda e funcionando sobre o princípio mutualista apelam, no entanto, diferentemente daquelas, à adesão voluntária dos associados. Decorre deste facto que as associações actuais são eminentemente elaborações urbanas, baseadas na adesão de indivíduos autónomos e livres na escolha das relações sociais que estabelecem: reunindo indivíduos de etnias, religiões, idades e género diversos (Urdang, 1979: 274; Odeyè-Finzi, 1985: 258).

²⁶ Boserup, 1970:53-60; Van Allen, 1982; Okonjo, 1976: 48

²⁷ Wipper, 1995: 165

²⁸ Lambert, 1956:67; Stamp, 1975/1976; Okonjo, 1976:45

²⁹ Gustin, 1991:116.

Formatada: Referência de nota de rodapé, Português (Portugal)

Formatada: Referência de nota de rodapé, Português (Portugal)

Formatada: Referência de nota de rodapé, Português (Portugal)

- **.Um noviço ignorante e os mestres negligentes: a imagem ausente do associativismo na produção etnológica colonial ... e na actual**

O primeiro contacto com as *mandjuandades* foi através de um convite para participar num *almoço*.da *mandjuandade adjagassi* que reúne as *bideiras* que utilizam o barco de carreira «Sambuía», para irem comprar peixe às ilhas do arquipélago dos Bijagós para venderem depois em Bissau ou no interior do país, e ainda os tripulantes do mesmo barco, fiquei curiosa por saber mais sobre estas associações.

As associações, passaram a fazer parte dos temas das minhas conversas com os informantes e procurei, na biblioteca do INEP, Instituto de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau, referências a estas práticas. Na biblioteca do INEP (actualmente irremediavelmente afectada pela ocupação das suas instalações por militares durante a recente luta armada contra o Presidente Nino Vieira), encontrei essencialmente as publicações do período colonial, que constituem um espólio considerável de estudos acerca da Guiné-Bissau, com relevo para os trabalhos etnológicos (apesar das limitações inerentes a uma produção científica tutelada pelo poder colonial), e cópias de relatórios e estudos sócio-económicos de vários tipos, elaborados mais recentemente, após a independência, a maior parte das vezes subsidiados por agências de desenvolvimento.

A informação que foi possível reunir a partir destas consultas foi decepcionante. Nas fontes coloniais, tal como na produção escrita após a independência, as referências ao fenómeno associativo feminino são raras e erráticas. Este facto permite especular se a ausência do associativismo feminino urbano, enquanto objecto de estudo, na produção das ciências sociais sobre a Guiné-Bissau, seria consequência da sua fraca expressividade social. No entanto, as *mandjuandades* existiam antes da independência, sediando-se, como actualmente, nos bairros populares de Bissau (Urdang, 1979: 274, 275).

A consideração de que, ao olhar do etnólogo colonial estas associações não merecessem interesse por serem «pouco etnológicas» ou «africanas», isto é, exóticas, é pouco verosímil, perante as actividades públicas e rituais das associações. É talvez a

discrição com que, ainda hoje, as populações mantêm as suas práticas associativas dissimuladas da curiosidade reprovadora ou, no mínimo, paternalista dos «brancos», a responsável pela sua invisibilidade na etnografia colonial. Por seu lado, a informalidade que caracteriza estas associações populares foi adequada (voluntária ou involuntariamente) para dissimular as actividades das *mandjuandades*, da suspeição hostil dos poderes coloniais, em relação às organizações colectivas populares (Odeyé-Finzi, 1985:69). A invisibilidade das associações, na produção etnológica colonial, parece igualmente relacionar-se com o pouco interesse que os fenómenos urbanos, e as práticas femininas, mereceram da parte dos estudiosos, não só na etnologia colonial, como após a independência por parte das agências de desenvolvimento.

A constatação da comum negligência a que foram votadas as *mandjuandades* e as *abotas*, na literatura colonial, e nos «estudos para o desenvolvimento» mais recentes, permite ainda ponderar se a desatenção acerca do associativismo popular, reflectirá uma atitude etnocêntrica e tecnocrata. A este propósito, é significativo que, os programas de desenvolvimento tendam a ignorar as associações populares, quando se afadigam a criar novos agrupamentos, para servirem como interlocutores na área da sua intervenção. As práticas culturais locais continuam, deste modo, agora como no período colonial, a serem concebidas mais como limitações, do que como recursos para o desenvolvimento.

Em resultado deste desinteresse, embora as *mandjuandades* existissem em todas as cidades (Urdang, 1979:274), na etnografia colonial não se encontra nenhuma descrição destas associações urbanas.

Não obstante foi possível reunir um conjunto de referências. António Carreira ao referir-se às classes de idade, enquanto definidoras da posição social do indivíduo (estipulando direitos e deveres), escreve que, «no geral, define-se essa posição dos dois sexos pelo vocábulo (que parece de raiz Manjaca) de *manjoandade*, utilizado no sentido de: da mesma idade; da mesma estatura; da mesma geração; idêntico; igual; semelhante»³⁰ Já anteriormente o mesmo etnólogo-administrador colonial, referira, com grafia diferente, a denominação de *mãjôãdade* com significado de «*colegas da*

³⁰ Carreira, 1961 : 665.

mesma classe de idade»³¹. Também outro etnólogo-administrador colonial, Rogado Quintino, mencionou que «*Pertencem a uma manjoandade aqueles que vão ao fanado na mesma altura. No fanado, o indivíduo toma consciência da sua personalidade e da sua posição na sociedade. Os adultos, a partir do fanado repartem-se num certo número de manjoandades. Há relações de amizade, de forte solidariedade entre os elementos duma manjoandade*»³². Outro autor descreveu, entre os Mandinga, a associação *Kari* em que os associados fornecem trabalho agrícola, em troca de alimentação e de uma contribuição monetária de pequeno montante, destinada ao fundo da associação. As receitas assim obtidas, destinam-se-iam a custear as festas sociais (banquetes, hospedagem de membros de um *Kari* de outra povoação, e a socorrer os sócios em caso de necessidade. O autor refere que o *Kari* é sexualmente segregado, existindo um *Kari* das mulheres, e um dos homens (Lopes, 1944: 212). Este autor referêcia a existência, na associação *kari*, de cargos como os de «Presidente», «Vice-Presidente», «Tesoureiro», e «Conselheiro» (da classe de idade dos *omi-garandis*) que intercede a relação entre a associação e a classe detentora da autoridade e propriedade. Outro autor da época colonial, Edmundo Lopes, compara esta estrutura dirigente com a de uma outra associação existente entre os Manjacos, desta vez com funções cerimoniais (no âmbito dos rituais de iniciação) e onde, além daqueles quatro cargos, identifica ainda o de *nayaku* (mestre), sob a tutela do «Presidente» (Lopes, 1944:212).

Mais recentemente, num Relatório sobre a situação das mulheres e crianças na Guiné-Bissau, patrocinado pelo Governo e UNICEF, referem-se as associações constituídas através das classes de idade que, segundo este relatório, funcionam com carácter permanente, e preenchem funções de interajuda e lúdicas. «*Les enfants sont en général regroupés en classes d'âge et par sexe pour des apprentissages plus spécifiques, les enseignements initiatiques notamment. Mais ces classes d'âge sont permanentes et fonctionnent en dehors des cycles initiatiques comme associations pour des prestations des services à la communauté ou individuels, des manifestations*

31 Carreira, 1947: 59.

32 Quintino, 1969 : 906 e segs.

récréatives »³³. Por seu lado, Eve Crowley registou a existência de *mandjuandades*, no meio rural: «*While manjoandade labor rotates among the cohort members, for the simple provision of food and drink, outsiders may also hire this labour for livestock or cash*»³⁴.

Mais recentemente, após a independência Clara Carvalho, utilizando informações recolhidas através de trabalho de campo entre os Manjaco, identifica as *mandjuandades* com as «*classes de idades*» (Carvalho, 1998: 192-199), reiterando anteriores considerações de etnólogos coloniais (Carreira, 1947:59; Quintino, 1969:906), essencialmente funções no âmbito dos trabalhos agrícolas (Carvalho 1998: 196) e considerando essencial o seu papel de socialização e integração nas normas e valores da comunidade, dizendo que, «*As classes de idade continuam a ser um meio eficaz não só de organização de trabalhos colectivos, como de formação de uma identidade comum, esta mesma integrada numa representação de uma hierarquia gerontocrática* » (Carvalho, 1998: 198-9).

Das referências bibliográficas encontradas, e acima referidas, ressaltam algumas características das associações descritas: (i) a base identitária de recrutamento (com base na idade, no sexo e na partilha territorial); (ii) a participação prescrita em determinados agrupamentos, segundo a idade e sexo (Wipper, 1995: 164); (iii) no seio dos quais se estabelecem relações de solidariedade, que (iv) desempenham um importante papel no âmbito da organização dos trabalhos colectivos; tendo como função (v) a reprodução social e a socialização e integração dos jovens, nos sistemas e valores comunitários.

³³ Governo da Guiné-Bissau/Unicef, 1988.

³⁴ Crowley, 1993 :138

- **Nem tribalistas nem urbanitas**

A primeira referência bibliográfica às associações urbanas, encontra-se num estudo da sociedade Mancanha, da autoria de um investigador guineense, que se refere à «société»: *«As sociétés (termo importado do Senegal mas que acabou por entrar no léxico dos Mancanhas) são um tipo de organizações comunitárias que se podem encontrar actualmente nas comunidades mancanhas tanto na cidade como no campo. Muito parecidas com as organizações de tipo «mandjuandade», as «sociétés» têm como objectivo principal encontrar soluções para os problemas sociais que afectam a sociedade Mancanha. Da mesma forma como a natureza dos problemas difere entre o campo e a cidade, assim também se notam diferenças tanto nos objectivos como na base da organização das sociétés camponesas e urbanas. No campo, o problema principal diz respeito à organização e execução do trabalho agrícola, enquanto na cidade as actividades das «sociétés» estão mais viradas para a solução de problemas socioculturais (choros, etc.). Em relação à base organizativa, as «sociétés» camponesas estão baseadas mais nas classes de idade, enquanto as «sociétés urbanas dispensam esse critério, não outorgando na adesão qualquer prioridade ao factor idade. Por exemplo, as «sociétés» mancanhas existentes em Bissau são organizadas sobretudo na base do bairro (Missira, N'ghala). No campo encontramos mais jovens nas «sociétés» (porque constituem a força física principal). Na cidade os membros das «sociétés» são normalmente pessoas de idade mais avançada (são os que se defrontam mais com problemas de ordem sócio-cultural).»* (Jao, 1989: 64-65)

Mamadú Jao filia as actuais associações urbanas nas práticas associativas de interajuda tradicionais do mundo rurais, mesmo se a denominação adoptada, utilizando o crioulo e o francês, permite ainda especular acerca da relação entre estas formas associativas, e os modelos exógenos (sejam europeus ou crioulos/urbanos)³⁵, introduzindo também a questão de saber se terão tomado forma durante a presença colonial ou nas épocas pré e pós coloniais³⁶

35 Rougé, 1988:23 defende a origem etimológica do termo crioulo «abota» a partir do termo Wolof «mbootay» com significado de associação.

36 Ver a este propósito Reveyrand, 1982: 238

Por outro lado, além das *mandjuandades* tradicionais e das «sociétés», com que as populações emigradas no Senegal entraram em contacto, (o que explica que estas associações sejam também conhecidas pelo nome francês de «société»), as actuais *mandjuandades* de Bissau, podem ainda relacionar-se com as associações étnicas, de juventude, beneficência, e clubes desportivos, que proliferaram após a Primeira Guerra Mundial, animados pelas populações crioulas (Mendy, 1994: 65)³⁷. Estes clubes e associações inseriam-se num incipiente movimento de construção de uma identidade social própria dos «crioulos», em contraponto à sociedade dos colonos. Apropriando o modelo das associações dos colonos, que os excluía, reutilizaram-no para novas funções, constituindo meios de expressão e de pressão dos africanos educados, sobretudo nos centros urbanos, em relação à ordem colonial (Mendy, 1994: 64). Ora estes clubes elitistas foram-se divulgando, com mais ou menos fidelidade ao modelo original entre as classes populares

Com efeito, a emergência do grupo de africanos formados no sistema de ensino europeu, contribuiu para o aparecimento de novos tipos de associações voluntárias, cuja forma e função viria a influenciar a das organizações tradicionais (Skinner, 1978:195). Esta argumentação é confirmada por Michael Banton que alega, no seu estudo sobre a cidade da África Ocidental, que as associações voluntárias, surgidas no início do século XX, eram baseadas, simultaneamente, num modelo crioulo e no das organizações de trabalho comunal africanas (Banton, 1957:162).

Por fim, é ainda possível encontrar semelhanças entre as relações de interajuda e solidariedade que se estabelecem nas *mandjuandades* actuais, e as relações de amizade tradicionais estabelecidas de forma ritualizada entre mulheres. As relações de amizade entre duas, ou mais mulheres, são mantidas através de um código de comportamento estrito, instaurando uma relação de dádiva e contra-dádiva entre as mulheres e estabelecem-se, frequentemente, entre mulheres de diferentes grupos étnicos, com base em relações afectivas. As afinidades entre várias raparigas podem concretizar-se na partilha de alimentação, no acompanhamento durante a doença, e na interajuda nos trabalhos. Igualmente é comum, de vez em quando, vestirem-se de igual, e trocarem

³⁷ Ver, sobre a base social dos clubes, Mendy, 1994 : 64- 65.

toda a espécie de serviços (empréstimos monetários, por exemplo), assim como partilharem os tempos livres e lúdicos, constituindo «grupos de *kamaradia*», fortemente solidários, perante o exterior (atacar uma é ganhar a inimizade do grupo³⁸). Pode-se considerar que esta relação, teria influenciado as associações fundadas em idêntico princípio, de escolha selectiva das relações de solidariedade e interajuda.

Ponderando as informações e cotejando os argumentos dos vários autores, pode-se caracterizar as *mandjuandades* actuais pela reapropriação criativa de traços e características heterogéneas, nomeadamente sendo devedora do clubes urbanos e da *mandjuandades* rurais, dos quais adopta elementos, realizando uma reformulação inovadora de diferentes modelos associativos, endógenos e exógenos.

A análise das informações disponíveis permite considerar a hipótese de que, mesmo se este modelo associativo urbano se filia nas associações rurais agrupando indivíduos segundo critérios vários, como sejam a pertença a uma classes de idade, ou constituam grupos de trabalho, ou de partilha de interesses, ou sejam sociedades secretas³⁹, constituem, essencialmente organizações especificamente urbanas (Odeyé-Finzi, 1985:69) que, por sua vez, influenciaram o movimento associativo em meio rural.

Assumindo estes argumentos pode-se entender o facto de, no meio rural, tenha sido mais tardiamente, a partir da década de 80, que se regista um dinamismo associativo concretizado na proliferação de agrupamentos de carácter económico, mas também de outros, com funções essencialmente recreativas e culturais, geralmente nascidos da iniciativa de jovens «*sedentos de uma vida agitada, moderna e urbana*» (Acção para o Desenvolvimento, 1993: 11).

Se nem todas as associações actuais derivam da cultura africana, mas também de práticas associativas originalmente introduzidas pelos administradores e pelos missionários europeus, (Little, 1965: 24; Comhaire-Sylvain, 1968: 258), subsistem no entanto, traços tradicionais e, as mulheres continuam ligadas ao modelo cultural da solidariedade social e da mutualidade (Little, 1965:24), que sustenta estas organizações associativas. É esta referência ao modelo tradicional, que favorece e garante a

38 ver a este propósito Comhaire-Sylvain, 1968: 43.

39 Wipper, 1995:165; Odeyé-Finzi 1985: 68; Little, 1973: 56; Skinner, 1978: 195; Van Der Vaeren, 1966: 250; Banton, 1957: 193; Kane, 1978.

confiança, e predispõe as mulheres para se organizarem, partilhando recursos e prosseguindo interesses de forma colectiva.

Este fenómeno de recomposição inovadora, de elementos presentes em diferentes modelos associativos, é corroborado pela informação recolhida durante um encontro de representantes do PAIGC com elementos das *mandjuandades* de Bissau, que teve lugar logo após a independência, no qual as mulheres representantes das suas respectivas associações afirmaram explicitamente que consideravam as suas «*mandjuandades*», mais como Clubes, permitindo «*aprender novas danças e novos costumes*»), do que como organizações tradicionais (Urdang, 1979: 274). De facto, as associações voluntárias, que caracterizam as sociedades em desenvolvimento (Ulrich, 1992:1), como sub-sistema social, reflectem as mudanças sociais e económicas da sociedade global (Wallerstein, 1964; Geertz, 1966), e a análise das estruturas associativas revela uma filiação relativamente às anteriores instituições, determinada pelas mudanças exteriores, mas que tem em conta a natureza dos dinamismos internos, dando ao sistema associativo africano uma imagem específica.

Ordenando a diversidade: associações, classificações e critérios

A diversidade das formas, actividades e funções das associações urbanas, funcionando segundo o sistema mutualista, tem vindo a ser objecto de classificações teóricas, com base em diferentes critérios. Para as classificar vários critérios qualitativos⁴⁰ podem ser usados, a partir das suas ligações, ou não, com os organismos e normas estatais - associações informais ou formais⁴¹; da forma de recrutamento - por adesão voluntária ou imposta pela pressão social -associações voluntárias e não voluntárias⁴²; da origem do modelo associativo- associações de modelo europeu, associações de modelo indígena⁴³.

40 Os critérios quantitativos podem também ser usados, a partir da importância numérica dos participantes, do montante das quotizações, do ritmo das contribuições, do valor monetário realizado, do tempo de duração da associação.

41 Rosander, 1997a: 14; Fall, 1994: 302

42 Emovon, 1997: 207

43 Comhaire-Sylvain, 1968:44

Outras classificações utilizam as finalidades das actividades associativas, distinguindo as associações económicas, religiosas, políticas, recreativas, de interajuda e protecção social⁴⁴. A base identitária de recrutamento tem sido igualmente usada na procura de uma sistematização destes agrupamentos, com base nas características sócio-económicas dos membros, como sejam, a idade, sexo, nascimento, profissão ou residência⁴⁵. Por sua vez, George Balandier propõe distinguir entre as associações organizadas segundo princípios tradicionais (pertença étnica, parentesco, sexo, idade), e aquelas utilizando critérios especificamente urbanos, como seja a poupança (Balandier, 1971: 117). No entanto, o que no trabalho de campo se constatou foi a propensão para a sobreposição de diferentes formas associativas e para a acumulação de várias funções, prosseguindo diversos objectivos: poupança e compra colectiva de bens de consumo (por exemplo a compra de um tecido para fazer, no mesmo padrão, vestuário igual para usar nas festas e cerimónias), crédito individual aos membros, celebração de cerimónias familiares e religiosas e ainda organização de acontecimentos lúdicos.

Nós próprios propomos utilizar uma classificação próxima dos dados empíricos recolhidos no trabalho de campo. A classificação local distingue, a partir do critério dos objectivos da participação, entre os agrupamentos mutualistas com finalidades essencialmente financeiras, de poupança individual, e os que prosseguem fins essencialmente de convivialidade e interajuda, instaurando uma distinção conceptual entre os grupos de «*abotas*» e as «*mandjuandades*»⁴⁶.

.Abotas

O associativismo funcionando segundo lógicas estritamente financeiras e individuais é bastante comum em África, e consiste na formação de grupos informais, cujos membros contribuem, periodicamente, com um montante pecuniário predeterminado, para um fundo comum que é entregue rotativamente a um dos associados.

Este sistema de poupança e crédito, com recurso à utilização rotativa do montante acumulado, não só é bastante divulgado em África, como tem merecido a atenção da

44 Grandmaison, 1972: 124-125; Odeyé-Finzi, 1985: 77-78; Reveryrand, 1982: 77, 235; Comhaire-Sylvain, 1968:44

45 Garcia, 1983; Little, 1965: 26

46 As abotas podem existir por si próprias, ou como um aspecto das mandjuandades.

literatura económica, onde é conhecido por ROSCA, Rotating Savings and Credit Associations,⁴⁷ ou «tontine»,⁴⁸ respectivamente nos autores anglófonos e nos francófonos.

O modo de funcionamento da «ROSCA» ou «tontine», remete para as práticas de solidariedade que existiam particularmente nas sociedades de agricultores, predominantes em África, onde tradicionalmente as mulheres cooperavam com o objectivo de otimizar os trabalhos agrícolas⁴⁹, através da troca de bens e trabalho⁵⁰.

Actualmente estes sistemas mutualistas continuam a ser eficazes, como meios de poupança e crédito⁵¹ estando documentadas em múltiplos países: no Mali existe o *pari*,⁵² em Angola existe a *kixikila*,⁵³, em Moçambique o *xitique*, na Etiópia o *ekub*,⁵⁴ no Gana o *osusu*,⁵⁵ na Nigéria o *esusu*⁵⁶ e o *dashi*,⁵⁷ nos Camarões o *djanggi*⁵⁸, no Zaire o *likelemba*⁵⁹, no Senegal o *mboataye*⁶⁰ e o *nath*⁶¹, o *Kitémo*, *likelemba*, *teek*, *Piyé* (respectivamente nas línguas Kikongo, Lingala, Wolof ou Toucouleur)⁶², e na Guiné-Bissau a *abota*. Rougé⁶³ relaciona o termo *abota* com o termo Wolof *mboatay*, de onde derivaria.

Uma *abota* agrupa um número variável e instável de membros, recrutados a partir de interesses financeiros individuais de poupança, com base em relações de confiança mutua, de vizinhança e principalmente de trabalho. O número de participantes numa *abota* é instável mas nunca muito elevado. Num grupo de *abota* a finalidade da

47 Ver, a este propósito, entre outros, Miracle & Cohen, 1980; O'Reilly, 1996.

48 A denominação de «tontine» reporta-se ao nome do banqueiro napolitano Lorenzo Tonti que em 1653 criou este sistema mutualista rotativo em Itália (Riss, 1989: 109).

49 Hay & Sticher, 1984.

50 Guéracaque, 1982: 292-293.

51 Actualmente muitos homens praticam igualmente a *abota* entre colegas de emprego, talvez devido à crise económica.

52 Vuarin, Robert, 1994: 258 e 260.

53 Henda & Ferreira, 1998.

54 Henda & Ferreira, 1998.

55 Robertson, 1976: 129,130.

56 Bolanle, 1972: 269; Little, 1965: 52.

57 Geertz, 1966: 435.

58 Henda & Ferreira, 1998.

59 Mianda, 1996: 64.

60 Ndione, 1993.

61 Van Der Vaeren, 1966; Grandmaison, 1972: 124.

62 Odeyé-Finzi, 1985:73.

63 Rougé, 1988: 23

poupança realizada é individual e esgota as actividades do grupo, constituído exclusivamente para esse fim (Van Der Vaeren, 1996: 247, 250).

Os grupos assim formados podem esgotar a sua actividade após um ciclo de poupança/crédito, ou iniciarem um novo ciclo, com os mesmos participantes ou outros novos. As somas entregues a cada um dos participantes dependem do montante empregue à partida, multiplicado pelo número das pessoas envolvidas. Normalmente estes fundos são de montante pecuniário de pequena dimensão e de curto-prazo, não fazendo uso de qualquer taxa de juro.

Little considera que estes agrupamentos não preenchem os requisitos de verdadeiras associações, uma vez que não implicam a construção de relações sociais, não realizando reuniões e podendo mesmo alguns membros não se conhecerem pessoalmente, uma vez que operam segundo uma lógica financeira e individual (Little, 1965:52), mas foram principalmente Geertz (1962) e Ardener (1964) que aprofundaram o estudo das associações de poupança e crédito mutualista, procurando analisar não só os seus aspectos económicos como as suas funções sociais⁶⁴. Segundo estes autores as associações de crédito mútuo rotativo são «instituições intermediárias» (Geertz, 1962:259), que congregam motivações tradicionais e funções modernas. Esta qualidade «intermediária» radica no facto de ligarem motivações tradicionais e funções modernas, utilizando «velhos» meios com novos objectivos. As associações são deste modo um meio dos associados se integrarem na cidade, quer dizer, aprender a viver com outras pessoas exteriores aos laços de parentesco e étnicos, contribuindo para o desenvolvimento de relações sociais mais especificamente urbanas⁶⁵.

Na Guiné-Bissau este sistema para-bancário está muito divulgado e um estudo sobre o sector informal na Guiné-Bissau, estima que 80% dos empreendimentos económicos (produção e comércio) são financiados inicialmente com capital acumulado através do sistema de *abota*.⁶⁶

64 Ver, a este propósito Geertz, 1962; Ardener & Burman, 1995; Ardener, 1964; Aredo, 1993; Aryeetey, 1994; Soyibo, 1994.

65 Odeyé-Finzi, 1985: 106

66 Duarte & Gomes, 1996:110

Em Bissau, as *bideiras*⁶⁷ praticam largamente este sistema de financiamento informal⁶⁸. Nos casos observados no trabalho de campo, ao contrário do que Little constatou (ausência de relações pessoais entre os participantes), as relações de amizade e confiança são fundamentais para o êxito das *abotas*, e a líder é, normalmente, uma mulher mais velha ou com influência (capacidade de liderança, reputação como comerciante), e é da sua responsabilidade que os membros cumpram com as entregas regularmente e mesmo repor pessoalmente o dinheiro em falta. Geralmente reúnem-se de cinco a dez mulheres, que se conhecem do local de residência ou trabalho, e a avaliação de um novo candidato baseia-se na sua reputação social, como indivíduo honesto, e na convicção do seu empenhamento na prossecução das finalidades do agrupamento: «*a abota tem que se fazer com pessoas de confiança, mas há muita gente má. Se alguém não paga ou quer ser a primeira a ficar com a abota é só zanga*» (Nhamo, mulher comerciante do mercado de Bandim, 1996). Por fim, o dinheiro da poupança, recebido rotativamente por cada uma das mulheres é utilizado individualmente, tal como Little sublinhou. Pode ser gasto como complemento do orçamento familiar, pagando as despesas de uma alimentação melhorada, as despesas com vestuário e material escolar, para pagar despesas extraordinárias como as de saúde ou em melhorias do espaço doméstico, e ainda como forma de realizar o capital necessário para investimento no comércio, para expandir os locais de venda, comprar a mercadoria em maior quantidade e mais barata, adquirir *arkas* frigoríficas para conservar os produtos, permitindo aumentar a produtividade do trabalho das mulheres, ou para outros investimentos económicos, como a aquisição de terrenos urbanos, casas, e carros de aluguer e ainda investimentos sociais como a compra de *panos pente* e jóias que, sendo objectos de prestígio, são guardados sigilosamente na *arka* da mulher e ostentados nas cerimónias rituais como, por exemplo, as fúnebres, nomeadamente durante os *choros* e que constituem a *ardansa* própria das suas filhas. A *arka* é a riqueza da mulher e os *panos pente* são símbolos da sua riqueza e prestígio, isto é da sua *força*..

67 Na verdade, só as mulheres com rendimentos fixos, as assalariadas ou comerciantes, podem ter capital para investir nestes sistemas de poupança e crédito (Riss, 1989:111; Odeyé-Finzi, 1985:83)

68 São as mulheres umas das grandes impulsionadoras destas associações (Ardener & Burman 1995).

Um outro factor determinante da participação feminina nas *abotas*, é a possibilidade que elas constituem, para as mulheres, de subtrair as poupanças às solicitações familiares, sejam a tentativa do marido de controlar os rendimentos da esposa, sejam os pedidos de empréstimos e ofertas dos parentes⁶⁹.

Delimitam-se, deste modo, os atributos que convergem para definir a *abota*: utilização de processos de cooperação e interajuda visando objectivos estritamente financeiros e individuais. Estas características permitem interpretar a aderência a estes agrupamentos no âmbito das estratégias de autonomia económica das mulheres, promovendo a sua independência económica e são importantes instituições ao serviço do desenvolvimento socioeconómico, não só das próprias mulheres como, através delas, das suas famílias e comunidade.

... e mandjuandades

Se os agrupamentos de *abota* constituem essencialmente formas de poupança/crédito, isto é, instituições financeiras para-bancárias, outros agrupamentos de poupança mutualista, a partir da quotização periódica ou ocasional, propõem-se assegurar a realização de actividades cerimoniais e familiares e/ou outras de fins lúdicos e de solidariedade social, sendo denominadas vulgarmente por *mandjuandades*. A orientação destas associações é marcadamente social e manifesta-se essencialmente nas ocasiões de actualização e estreitamento das relações sociais, como sejam repastos festivos, cerimónias familiares, festividades cíclicas, ou seja, pontos altos da sociabilidade nos bairros populares de Bissau.

A poupança não é, em si mesma, o objectivo destas associações, sendo instrumental relativamente à sua finalidade primordial de socialização e de constituição de uma rede de relações sociais de interajuda.

Entre outras *mandjuandades* com as quais mantivemos contactos, mais ou menos regulares e profundos, quinze das associações existentes em Bissau foram sistematicamente inquiridas, de forma a proporcionarem uma base de dados comparável para fins de estudo. A dinâmica associativa observada expressa-se na heterogeneidade dos modelos organizativos e critérios de recrutamento, assim como nas funções sociais

69 Crowley, 1993 :53

que realizam. Existe uma tendência para a mistura de modelos e sobreposição de funções, onde meios novos são reutilizados para preencherem funções tradicionais, e meios tradicionais são reformulados e adaptados às novas necessidades contemporâneas. A ambiguidade e informalidade são pois características do movimento associativo urbano.

A adesão às associações pressupõe que o futuro membro seja activo economicamente, de forma a poder suportar as despesas de quotização, e tem maior expressão entre a população de rendimentos humildes (logo mais carente de apoio), mas previsíveis, como sejam pequenos comerciantes, assalariados da administração pública, pequenos artesãos, e agricultores

Ora, o comércio e a horticultura que na amostra analisada contribuem com maior número de participantes para as associações são na Guiné-Bissau, profissões largamente desempenhadas por mulheres (a horticultura é especificamente feminina), que são de facto as principais animadoras das *mandjuandades*. Deste modo, a população de menores recursos, mas com rendimentos monetários, reúne as motivações (necessidade de apoio social), e as condições (possibilidade de investimento monetário), para as práticas associativas.

A interdependência entre as práticas económicas e as associativas é reforçada pelo facto de a participação nas associações proporcionar redes de sociabilidade e informação, que podem potencialmente ser usadas para o acesso ao emprego ou novas oportunidades económicas. Barbara Lewis acentua a importância das relações sociais com outras comerciantes instaladas e funcionários públicos, para obter posições vantajosas no negócio (Lewis 1976: 138).

Por fim, as estruturas associativas permitem resolver certos problemas sem o recurso à solidariedade familiar e, logo, escapar em certa medida aos laços de dependência da organização familiar tradicional⁷⁰, permitindo uma maior autonomia individual.

Se, entre as associações denominadas como «*mandjuandades*» observadas em Bissau, algumas recrutam os seus membros a partir de afinidades étnicas ou religiosas

70 Odeyê-Finzi, 1985:93

propondo-se, face ao êxodo rural, e conseqüente dispersão das famílias na cidade, lutar contra o individualismo e o esquecimento das tradições e valores consuetudinários, mais importantes numericamente e mais significativas do processo de urbanização e mudança, são as que juntam pessoas de diversas identidades étnicas e religiosas⁷¹. Actualmente, em meio urbano, os laços étnicos não são suficientes para justificar a criação de uma associação⁷² e vários contextos podem ser usados como base para o recrutamento de parceiros de relações voluntárias como membros de uma associação⁷³. De facto, as relações privilegiadas entre indivíduos com a mesma origem étnica que baseiam as associações voluntárias em meio urbano, embora sejam as melhor descritas na literatura antropológica, não são as únicas capazes de accionar mecanismos associativos e a partilha de outras condições sociais que as étnicas são, actualmente em Bissau, catalisadoras de solidariedades e baseiam a constituição de organizações sociais como sejam as *mandjuandades*. Nomeadamente as estratégias das mulheres para fazer face às suas responsabilidades na manutenção familiar e investir nas relações sociais para obter maior autonomia e melhorar a sua condição de vida, pressionam no sentido da instauração de solidariedades outras que as étnicas.

A prevalência das associações pluri-étnicas indicia a índole iminentemente urbana das *mandjuandades* de Bissau, onde a coabitação das diversas culturas acabou por originar formas de expressão e solidariedades sociais específicas, fruto das comuns condições de existência material e vivências quotidianas.

Em Bissau, as cerimónias rodeando os eventos mais significativos da vida da família são indispensáveis, testemunhando de um investimento afectivo, social e económico considerável, e relacionam-se com a valorização e reforço das relações sociais que estes eventos permitem. É este facto que explica a importância actual das práticas cerimoniais quer entre os «animistas», como entre cristãos ou muçulmanos. Ora, são as estruturas associativas que permitem a realização das cerimónias ditas familiares, ultrapassando as limitações impostas pelas condições de vida cada vez mais

71 Cohen constata que «In Contrast to the decline of ethnic associations, there has been an increase in the amount of cross-ethnic interest group activity»(Cohen, 1974: 10).

72 Odeyé-Finzi, 1985:71

73 Eames & Goode, 1977: 120.

precárias e o custo cada vez maior das despesas cerimoniais⁷⁴ Embora a sua contribuição para a manutenção das práticas cerimoniais ditas familiares seja indispensável e logo numa primeira aproximação esta função pareça ser a sua função essencial⁷⁵, as actividades das associações não se esgotam na sua contribuição para a manutenção destas práticas. As *mandjuandades* prosseguem ainda outras finalidades e muitas vezes são as suas actividades recreativas e as desenvolvidas na área da segurança social e crédito que detêm a primazia.

As associações observadas durante o trabalho de campo realizado entre 1994 e 1999 em Bissau, caracterizam-se não só pela sua profusão e sucesso como pela elevada participação de mulheres. Não só as mulheres participam, como são as principais protagonistas. As mulheres ocupam cargos influentes no topo da organização hierárquica (sendo muitas vezes na prática a rainha que detém a maior influência nas actividades da associação), tocam os instrumentos (*tinas e palmas*), cantam a solo ou nos coros e dançam. Por vezes, as letras ilustram a utilização dos cantos que acompanham as danças, como meios de crítica social ou como instrumento de denúncia ou reivindicação.

Uma vez que, na prática e no interior da *mandjuandade*, as mulheres assumem o maior protagonismo, sendo as principais responsáveis pelo funcionamento e actividades da associação e a grande maioria dos membros, a presença masculina, principalmente em alguns cargos dirigentes responsáveis pelas relações exteriores com outras instituições, sugere que as mulheres mobilizam os homens que, na sociedade global, detêm o poder político, mantendo, simbolicamente, o modelo vigente das relações sociais de sexo. A ser verdade, as mulheres fazem um recurso oportunista do modelo prevalecente para as relações de género que, na prática, subvertem no interior da micro-sociedade que é a associação.

Em conclusão, as mulheres membros de *mandjuandades*, exploram, estrategicamente, as normas sociais em favor da sua própria autonomia social,

74 Mesmo se, segundo alguns estudiosos, são estas associações que concorrem para a monetarização e inflação dos encargos cerimoniais (Odeyê-Finzi, 1985: 116,117).

75 Odeyê-Finzi, 1985: 116

testemunhando a sua capacidade de organização autónoma e a potencialidade endógena de mudança nas relações entre os géneros.

- **.O discurso associativo**

Pressupondo que a escolha de um nome próprio para as associações não é inconsequente ou arbitrário, propomo-nos analisar, na senda de outros autores (Meillassoux, 1968: 61; Odeyé-Finzi, 1985: 105-106; Little, 1973:57)⁷⁶ as associações inquiridas, através dos discursos enunciados através da denominação das *mandjuandades*.

A adopção de um nome próprio para cada organização associativa relaciona-se com as funções e papéis sociais destas associações e traduz o processo de transformação simbólica da identidade social que durante séculos os «outros» (administradores, comerciantes, etnólogos) lhes atribuíram e a reinvenção de uma auto identificação como membros das respectivas associações. É pois uma declaração identitária e uma afirmação das funções e papéis sociais das associações.

É este facto que explica que os agrupamentos que esgotam as suas funções na realização de poupança individual, não tenham nome próprio designando-se genericamente pelo termo *abota* com significado de sistema de poupança e crédito mutualista rotativo.

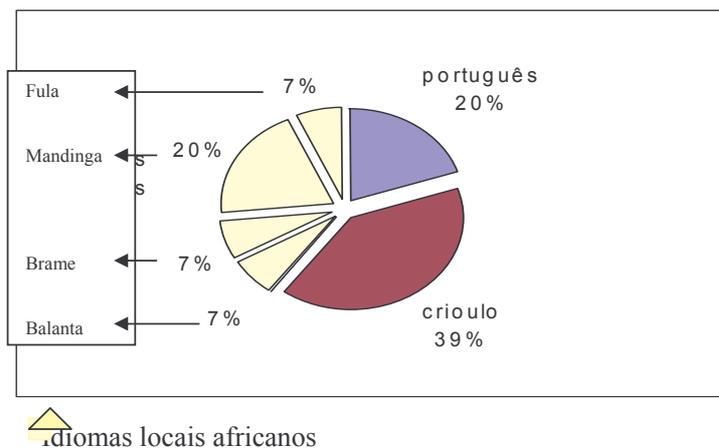
Por contraposição, se a denominação de *mandjuandade* é usada enquanto nome genérico para os agrupamentos multifuncionais (sobrepondo mais que uma função: funções sociais, económicas, religiosas, lúdicas, entre outras), cada uma destas organizações sociais possui um nome próprio particular. A explicação para o facto de uns agrupamentos terem nome próprio e outros não, poderá residir na diferença entre a sociabilidade afectiva (cujos pontos altos são as celebrações das ocasiões sociais importantes como os *choros*; funerais, baptizados, em que todos os membros convivem) e as trocas instrumentais (troca de bens e serviços, ajuda mútua) prosseguidas pelas *mandjuandades*, em contraponto às relações financeiras e transitórias que a *abota* institui.

⁷⁶6 Meillassoux classifica as associações segundo os fins a que se destinam e o critério de recrutamento que figuram no título da associação (Meillassoux, 1968: 61).

O facto de dar nome a uma *mandjuandade* remete, deste modo, para a procura de símbolos identitários, de sentimentos de pertença e filiação, e de reconhecimento e identificação que subjazem ao discurso das *mandjuandades* (Odeyé-Finzi, 1985: 105), e que estão ausentes das motivações da adesão a um grupo de *abota* (Little, 1965:52).

Desde logo, o idioma usado para nomear as associações é significativo, uma vez que as diversas línguas faladas na Guiné-Bissau, aqui divididas, para efeitos de análise, em linguagens étnicas, crioula e portuguesa, remetem para diferentes modelos culturais⁷⁷

Idioma de Denominação da Amostra constituída por 15 *Mandjuandades*



O português tem estatuto de língua oficial, mas o seu conhecimento é restrito a uma elite urbana escolarizada. Desde a sua introdução, ligada à administração colonial, remete para os conceitos e práticas sociais europeias e para uma organização social específica - o estado «moderno». Assim, parece credível que a utilização de denominações europeias seja adequada para reproduzir o discurso acerca da mobilidade social das populações urbanas africanas, e para expressar o desejo de diferenciação (Banton, 1957:181-182) e promoção social⁷⁸, exemplificando o fenómeno identificado por Jean-Loup Amselle (2001), segundo o qual a globalização permite utilizar

⁷⁷ Ver, a este propósito a análise de Latour sobre as relações entre as imagens sociais da mulher e a utilização de diferentes línguas em contexto africano (Latour, 1985: 357-367).

⁷⁸ Balandier atribui às denominações em língua europeia uma conotação de poder (Balandier, 1971).

significantes universalistas para criar particularismos e/ou significados locais., isto é, utilizar a linguagem do «outro» para afirmar valores próprios e particulares.

As línguas étnicas, por seu lado, têm uma forte componente emocional e remetem para os valores ancestrais e para as relações familiares onde são obrigatórias para falar com os *omi e mindjer garandis*, uma vez que é considerado um insulto dirigir-lhes a palavra, noutra que não nas respectivas línguas étnicas. É no contexto do mundo rural e familiar que estas línguas são mais utilizadas e a sua adopção, para nomear uma associação, tem conotações específicas com o universo familiar e o mundo rural «tradicional» (por oposição ao Estado «moderno»). No entanto, as denominações em línguas autóctones, não implicam necessariamente o carácter étnico das associações, que podem reunir membros de várias etnias mas, pela sua carga emotiva, são apropriadas para reproduzir o discurso tradicional da unidade e solidariedade, ou expressar a adesão emocional do grupo, seja a uma região ou povoação, ou grupo. A referência ao universo rural estruturado em linhagens, inerente no uso dos idiomas locais africanos, pode ainda indiciar a relevância, nas cidades, das associações para a realização de algumas das funções tradicionais das linhagens em meio rural (Odeyé-Finzi, 1985:87).

Por fim, o crioulo, entre estes dois universos, não reenvia para nenhuma organização tradicional ou moderna especificamente. O crioulo é o idioma de comunicação, falado um pouco em todo o lado, onde se junta muita gente, nos mercados, nos hospitais, nas ruas. É a fala urbana por excelência, descomprometida com o universo familiar e o administrativo. Concomitantemente o crioulo permite expressar novos tipos de relações sociais urbanas e multiculturais. Enquanto idioma de comunicação reenvia para o universo dinâmico e fluído de uma identidade social em permanente construção, e é adequado para exprimir o novo papel das mulheres e dos jovens fora das estruturas de linhagens. e é, ainda, adequado para publicitar as novas práticas sociais urbanas, *para ka tem*(não vamos parar), *Bodisano no Vive* (*deixem-nos prosperar*), e ainda é adequado para evocar as novas práticas sociais urbanas, *Netos di Gumbé* (designando a adesão à música urbana *gumbé*..

Das quinze associações inquiridas a maioria (59%) escolheu um nome numa língua sem conotações étnicas, como sejam o crioulo e o português. A utilização destas línguas remete para o ambiente urbano e multicultural e propõe uma alternativa ao universo tradicional de base familiar em favor de novas relações sociais.

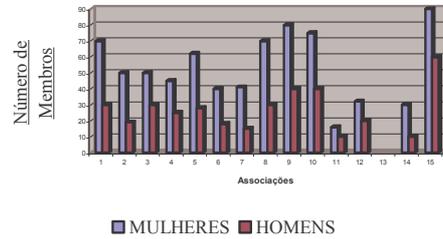
Se o idioma escolhido para nomear a *mandjuandade* pode indiciar os fundamentos subjacentes à adesão voluntária dos indivíduos que a compõem, a análise das evocações propostas no enunciado dos nomes dados às associações, remetem-nos para as intenções subjacentes à sua constituição, e convocam as diferentes identificações propostas aos participantes. Entre os nomes alusivos ao critério de recrutamento dos membros, incluem-se as referências à idade dos membros, *Beda Ácodjo*, («rua verde» é a metáfora utilizada para proclamar «somos jovens»), ao bairro/terra residencial *Nabi Can'Al Quiligar*, (vamos gostar do bairro de Quiligar), ou à religião, *Alamuta*, (temos fé em Deus), ou aos objectivos da associação, *Bambaram* (é o nome do pano usado pelas mulheres para transportarem os filhos de colo às costas, e simboliza a segurança dos cuidados maternos, evocando as funções de interajuda e solidariedade social intra-familiar, que são realizadas através das associações urbanas).

As denominações das associações indiciam o carácter multifuncional destas organizações ambíguas e transculturais e o seu papel como instituições eminentemente urbanas, convocando as relações sociais que se desenvolvem com base nas relações entre *bisinus*, na actividade profissional, ou nos novos estilos de vida para a prossecução de estratégias sociais.

- **Associativismo voluntário e estratégias femininas**

O valor numérico de associados, na amostra arbitrária constituída por quinze associações, oscila entre 26 (correspondendo à associação com menos tempo de existência) e 150 (correspondendo à associação de maior antiguidade. A participação relativa das mulheres nestas associações estima-se entre o mínimo de 60% e o máximo de 75%.e, por si só, este activismo associativo feminino testemunha a participação e protagonismo das mulheres nos espaços extra-familiares.

Membros das Associações segundo o Sexo



Nas «conversas» informais e entrevistas semi-estruturadas, as mulheres associadas a uma ou mais *mandjuandades*, referiram como motivos principais da sua adesão, a sociabilidade (*aprender a viver em grupo, conhecer ideias novas, adaptar-se a novas culturas, ter mais amigos*), e as trocas instrumentais (contribuições financeiras e de serviços) que ocorrem entre os membros. Com efeito, constituem instituições no quadro das quais circulam bens e serviços e são espaços de reciprocidade, troca, oferta e solidariedade social, fornecendo apoio monetário, social e psicológico, preenchendo algumas das funções tradicionais da família.

Esta interajuda extra-familiar, privilegiando as relações sociais voluntárias e igualitárias, é uma alternativa à solidariedade familiar, (baseada na obrigatoriedade da ajuda, e no contexto de relações assimétricas, instaurando laços de dependência). Resulta daqui, que as estruturas associativas permitem aos grupos tradicionalmente subjugados (jovens e mulheres), um espaço de poder e autonomia, o que pode ser um dos factores de atracção que estas exercem sobre aqueles, e contribuir para explicar a maior adesão feminina e de jovens. Mai Ulrich considerando que as associações permitem o treino de competências organizativas e burocráticas «modernas», assim como dos valores mais abstractos que as informam, caracteriza estes agrupamentos como instituições modernas de socialização que, complementam, entre outras, funções similares da família e da escola (Ulrich, 1992: 12).

A participação nestas estruturas constitui oportunidade de acesso das mulheres e/ou dos jovens, a um certo poder social, ultrapassando as limitações hierárquicas baseadas na senioridade e género, uma vez que, qualquer que seja o seu estatuto na sociedade global podem, no interior da associação, ocupar cargos e preencherem papéis prestigiosos e valorizados socialmente (Wipper,1995:185; Odeyé—Finzi, 1985:80). Os cargos e os títulos inerentes ao seu desempenho, reproduzem os europeus (rainha, meirinha, presidente), e ilustram a selecção e recomposição de elementos da administração europeia/colonial. Este processo testemunha a utilização de significantes globalizantes para exprimir significados particularistas (Amselle, 2001). . Os modelos organizativos e títulos dos cargos reproduzindo modelos europeus, além de reflectirem a influência colonial portuguesa, fornecem um conjunto de distinções de estatuto e prestígio, alternativo à tradicional hierarquia baseada na filiação (Strobel, 1976: 192). Deste modo, mais que uma apropriação simbólica de uma ordem social que os exclui, os participantes associativos procedem a uma apropriação criativa de modelos mais adequados às novéis circunstâncias sociais (Banton, 1957:181-182), ou seja, representa o carácter das associações enquanto instituições de socialização e adaptação à sociedade urbana em mudança. . As *mandjuandades* são associações voluntárias e o poder deliberativo compete aos membros reunidos em Assembleia-Geral. É esta assembleia que nomeia os titulares para os cargos dirigentes, e que legitima o seu poder. Nas associações as mulheres podem adquirir um «título» (ex. rainha) e, deste modo, a organização hierárquica destas associações dá às mulheres que aí participam a ilusão de ocupar cargos de poder público, que são, normalmente reservados aos homens. O título confere às mulheres o acesso ao poder público, mesmo se de natureza simbólica. Compete à rainha, muito respeitada, fiscalizar as despesas (vestuário, alimentação, empréstimos), autorizar ou não, casuística e arbitrariamente, os pedidos de empréstimos, o que lhe confere um importante poder político.

No entanto, para além de presidir às reuniões e ser servida com os melhores manjares, durante os eventos em que a *mandjuandade* participa, a rainha tem, em tudo, tratamento igual às outras associadas, quer no pagamento das quotas e *abotas*, quer na ajuda recebida. Ou seja, a igual participação financeira dos associados fundamenta o

igual tratamento de todos os membros, com igual poder, pelo menos de palavra, e idênticos deveres e direitos. Por fim, quando a rainha cometa um erro, a assembleia julgá-la-á, e poderá, eventualmente, destituí-la das suas funções. Neste caso, uma nova eleição designará a sua sucessora. Testemunhando as relações igualitárias, os membros elegendo uma rainha de quem se espera discrição, diligência, honestidade e disponibilidade, esperam que esta exerça o seu papel, sem, portanto, limitar o das outras aderentes, de quem é, antes de mais, a porta-voz e coordenadora. As deliberações mais importantes são debatidas em assembleia onde o direito de palavra é igual para todos os membros, e as resoluções são tomadas por consenso.

. A estrutura da direcção das associações não é rígida, quer no que respeita aos cargos existentes como às funções a eles atribuídas, variando de associação para associação. Na amostra constituída durante o trabalho de campo, aparecem frequentemente os cargos de «financeiro» ou «tisoreiro», maioritariamente ocupado por mulheres (86%). Ao financeiro ou tisoreiro competem importantes funções no que se relaciona com as finanças da associação: desde a realização de compras, à cobrança de quotas junto dos membros, até à fiscalização das contas, produção de relatórios, propostas de sanções aos membros com quotas em atraso, e à instrução de processos individuais e o seu arquivamento. Ao cargo de «meirinha», exclusivamente feminino, compete substituir a rainha e controlar a área financeira, supervisionando o financeiro ou tesoureiro. A meirinha substitui a rainha na sua ausência e está encarregue, sob a tutela daquela, do vestuário e alimentação, efectuando as compras, além de controlar a disciplina interna do grupo. Por fim, as associações prevêm cargos específicos para a manutenção da disciplina e controlo do comportamento dos associados, denominados de «policias», e que são ocupados por mulheres, a quem compete o controlo do comportamento dos membros durante os eventos em que a *mandjuandade* participa.

Geralmente existem vários «policias» encarregues de vigiar os bens e o comportamento das raparigas. Sendo interditas as relações sexuais, as raparigas prevaricadoras, podem ser retidas numa casa durante o evento e posteriormente penalizadas pelo «tribunal»⁷⁹. A presença das «policias» pode ser compreendida no

79 Informação do Sr. José, dirigente da mandjuandade Panti Bu Jubi. Bissau. Abril 1994.

âmbito da «autonomia» das raparigas e mulheres enquanto membros de uma *mandjuandade*, isto é .do protagonismo feminino nos espaços públicos e fora do controle familiar, que instaura a necessidade de assegurar o controle sobre as novas relações de género, pautadas por uma maior liberdade, para contrariar a imagem, frequentemente, negativa deste tipo de associação (Odeyé-Finzi, 1985:94), uma vez que, desta forma, as mulheres se subtraem ao controle familiar (baseado na autoridade dos seniores e do género masculino).

As *mandjuandades* urbanas constituem, essencialmente, agrupamentos de apoio extra-familiares e, por aí, contribuem para o «fortalecimento» das mulheres e desafiam as relações de género assimétricas no interior da família. O próprio facto do Presidente/Rei e Vice-Presidente (cargos masculinos) monopolizarem as funções de relações externas, representando as associações publicamente, reenvia para o modelo ideal da divisão sexual do trabalho que, embora consignando importantes funções às mulheres, reservam as actividades de representação exterior e aquelas de maior protagonismo público para os homens.

No limite, é o facto de a associação assegurar o controle das relações entre os sexos, que permite o desenvolvimento das novas relações de género no âmbito associativo (Meillassoux, 1968:120-124),. Deste modo, conceptualização e expressão de ideias essencialmente inovadoras, fazendo-se através de instituições tradicionalmente aceites, procura legitimar a mudança e evitar o conflito.

- ***.Mandjuandades:associações multifuncionais para uso feminino***

. As *mandjuandades* permitem ainda que as mulheres, trabalhando no sector informal e sem acesso por si, ou através dos maridos (frequentemente desempregados ou sub empregados), a esquemas formais de protecção social e crédito, tenham apoio financeiro (pagamento dos medicamentos em caso de *disgusto*, crédito para pagar as despesas com vestuário e material escolar dos filhos, ou para investimento).

No total de quinze associações estudadas, doze funcionam com sistemas de crédito, procedendo a empréstimos monetários aos sócios, outras doze fornecem apoio em serviços, bens e dinheiro para a realização de cerimónias familiares, e cinco asseguram o pagamento dos medicamentos em caso de doença. A importância das actividades mencionadas, relaciona-se com a introdução da urbanização, do trabalho assalariado e da monetarização, que contribuíram para desorganizar o sistema de segurança social baseada na família extensa que era responsável, solidariamente, pelo bem-estar de todos os membros, intervindo sempre que um deles necessitava de apoio. Em parte, estas funções teriam sido transferidas para organizações sociais outras, que as baseadas no parentesco. O enfraquecimento das funções sociais de interajuda e solidariedade entra-familiares, potenciado pela pobreza generalizada é, em grande medida, responsável pela transferência de algumas das funções da família extensa tradicional, para novas organizações sociais. Contudo, se o apoio em momentos de crise é, no contexto da sociedade guineense, em que não existem mecanismos de protecção social formais, uma necessidade para as mulheres, que são responsáveis pelo bem-estar familiar, outra função de relevo das associações, é a sua contribuição para a realização de cerimónias rituais familiares. São estes eventos permitem às mulheres acumular prestígio e reputação, isto é, obter *força*, ou «capital social» na terminologia de Bourdieu⁸⁰, *força* esta que é importante nas difíceis condições de vida em Bissau, quer se trate de conseguir um emprego, realizar um negócio (por exemplo para obter o capital inicial), assegurar a realização de cerimónias familiares, ou simplesmente ultrapassar um período de penúria ou doença. Assim sendo, a actividade cerimonial, pode ser reconduzida ao modelo da articulação entre as esferas económicas e sociais (Bourdieu, 1979).

As despesas com as actividades cerimoniais são consideráveis, e relativamente importantes no orçamento das mulheres, e os recursos das *mandjuandades* aparecem como necessários para equilibrar estes gastos cerimoniais. Por sua vez, as cerimónias rituais são reutilizadas no processo de aquisição de prestígio e reputação, isto é, de *força*, que permite o êxito dos empreendimentos mais marcadamente económicos,

⁸⁰ Bourdieu, 1979

assim como o dinheiro obtido nestes é reinvestido, em grande medida, na realização dos eventos sociais, prefigurando a teoria da reconversão recíproca de Bourdieu, em que o capital acumulado num campo, por exemplo económico, é reconvertido em capital de outro campo, por exemplo social. É o capital económico que permite desempenhar com honra as obrigações sociais, convidar para as suas próprias cerimónias, participar nas dos outros, prestar serviços a parentes, *bisiñus*, colegas, amigos, e usufruir dos benefícios do «capital social» assim obtido na prossecução da integração social, na sobrevivência e no êxito sócio-económico na cidade.

Ora, estas relações sociais privilegiadas são imprescindíveis, na incerteza das duras condições de vida que as mulheres enfrentam actualmente nas cidades. Para pagar os medicamentos na doença, conseguir vantagens nos negócios, ultrapassar a burocracia dos procedimentos, é sempre preciso a «*juda*» de alguém.

As cerimónias familiares, assim como as *manchidas* realizadas pelas associações permitem «*ter muitos amigos e ser sociável*», isto é, são ocasiões de encontro onde as relações sociais se elaboram. De facto, segundo Pierre Bourdieu, a obtenção e manutenção do «capital social», implica exactamente este trabalho de sociabilidade, através de convites, ofertas e tempos livres em comum. É neste âmbito que as cerimónias familiares (casamentos, funerais), surgem como o evento por excelência, onde as mulheres estabelecem a sua reputação social, iniciada pela sua capacidade de motivar a presença de relações sociais familiares, mas também de relações com base no trabalho ou vizinhança, e de as cruzar. Nestas estratégias, as mulheres movimentam-se pelos diversos mapas sociais abertos em busca da «*juda*», isto é, de relações vantajosas. A pertença associativa providencia capital social, no sentido de mobilizar redes de relações sociais que, pelo menos potencialmente, podem ser transformadas em capital económico, isto é, dinheiro ou outros benefícios materiais para os indivíduos (Bourdieu, 1983:191)⁸¹. Para acumular este capital social são necessários constantes esforços em termos de investimento de tempo, atenção e afecto, para incrementar as relações dentro da associação (Ulrich, 1991:14). Uma vez que a acumulação de capital social tem como

⁸¹ Estas estratégias de obtenção das várias formas de capital são comuns às sociedades modernas e às pré-capitalistas, como demonstrou Bourdieu a propósito dos Kabyle (Bourdieu, 1972).

requisito, a contínua e repetitiva reafirmação das relações sociais e do seu inerente potencial de utilização, a participação nas actividades do agrupamento é uma obrigação e um dever para os associados (Ulrich, 1992:14), e o seu não cumprimento pode implicar sanções, desde multas até à expulsão. Constatou-se, no trabalho de campo, que as *mandjuandades* procuram manter permanentemente actividades sociais, de forma a manter e reforçar os laços sociais, sendo a mais comum a comensalidade que constitui um meio tradicional de reiteração e actualização das relações sociais (Ulrich, 1992:13), realizando refeições periódicas realizadas rotativamente em casa de cada um dos membros da *mandjuandade*, ritualizando e reafirmando o consenso social do grupo.

A formação de uma identidade comum, extra-familiar, através do associativismo voluntário, é ainda aparente em rituais tais como o uso de *farda* (uniforme da associação), denotando a intenção de ser reconhecido e identificado como pertencente a um agrupamento (Odeyé-Finzi, 1985:101). O uso de vestuário específico (*farda da mandjuandade*) é obrigatório quando assim for deliberado, e o não cumprimento desta regra é passível de penalização. Em suma, as associações voluntárias inserem-se no contexto de expansão do «espaço social» dos indivíduos, através de relações sociais voluntárias e potencialmente dissolúveis, mas estabelecendo obrigações mútuas entre as partes e, deste modo, proporcionando redes de apoio social extra-familiar.

São estas relações sociais voluntárias, que implicam confiança e solidariedade, que constituem o «capital social» que as mulheres podem acumular. A reputação como pessoa «sociável» é pois a de uma pessoa com relações sociais importantes e numerosas, isto é detentora de uma rede social de apoio. A reputação de sociável estabelece-se através da publicitação das relações sociais vantajosas de que um indivíduo dispõe, que o protegem e que proporcionam oportunidades vantajosas, isto é, facilitam o acesso aos recursos necessários em cada ocasião. Ora, estas relações sociais privilegiadas são imprescindíveis, na incerteza das duras condições de vida que as mulheres enfrentam actualmente nas cidades. Para pagar os medicamentos na doença, conseguir vantagens nos negócios, ultrapassar a burocracia dos procedimentos, para conseguir informação, lidar com a administração ou obter rendimentos., é sempre preciso a «*juda*» de alguém.

Os rendimentos são, por sua vez, investidos parcialmente no reforço das relações sociais, nomeadamente através da realização de cerimónias e distribuição de ofertas.

A conversão do capital económico em social, e deste naquele, pode ser utilizada para sustentar as estratégias de «fortalecimento» social das mulheres. Neste sentido, as associações correspondem a estratégias das mulheres para assumirem, reformulando, a individualização e «atomização» das relações sociais em meio urbano (Odeyé-Finzi, 1985: 80-82), através da organização em associações. As *abotas* e *mandjuandades*, prefiguram as formas ambíguas, pelas quais as práticas locais procuram realizar uma função social essencial: produzir a mudança sem perturbar a ordem social e encontrar soluções operacionais para os problemas que afectam os indivíduos fazendo economia do conflito⁸².

.Em jeito de Conclusão

As formas de actividade associativa podem-se descrever a partir das suas características mais gerais, como sejam a adesão voluntária dos membros, (com base em afinidades étnicas, afectivas, relações de vizinhança ou de trabalho), o facto de funcionarem a partir do princípio geral do sistema de poupança mutualista, e ainda pelas suas funções polivalentes (socialização, segurança social, crédito financeiro, realização de cerimónias familiares). A importância das actividades mencionadas, relaciona-se com a introdução da urbanização e da monetarização cada vez mais exclusiva da economia, que contribuíram para desorganizar o sistema de segurança social baseada na família extensa, que era responsável solidariamente, pelo bem estar de todos os membros, intervindo sempre que um deles necessitava de apoio. Em parte, estas funções, teriam sido transferidas para organizações sociais outras, que as baseadas no parentesco. Deste modo, o enfraquecimento das funções sociais de interajuda e solidariedade familiar, potenciada pela pobreza generalizada, é em grande medida, responsável pela transferência de algumas das funções da família extensa tradicional, para novas organizações sociais. A sociabilidade, o divertimento e a interajuda são

82 Ver a este propósito Mathieu, 1996: 72.

argumentos ponderosos que levam as mulheres a agruparem-se. em *mandjuandades* que permitem que as mulheres, trabalhando no sector informal e sem acesso por si, ou através dos maridos (frequentemente desempregados ou subempregados), a esquemas formais de protecção social e crédito, tenham apoio financeiro (pagamento dos medicamentos em caso de *disgusto*, doença, crédito para pagar as despesas com vestuário e material escolar dos filhos, ou para investimento em actividades económicas (compra de maior quantidade de produtos a um preço mais barato, aquisição de carros de aluguer e táxis ou casas para alugar) ou em investimentos sociais comprando bens de prestígio como sejam os *panos pente* e jóias que a mulher guarda sigilosamente na sua *arka* e que constitui a sua riqueza ostentada em momentos altos da sociabilidade como sejam os *choros* e funerais rituais (o defunto é enterrado envolto em *panos pente* e outros *panos pente* são depositados junto do cadáver para que este os leve até aos respectivos *ansalmas*), exibindo publicamente a riqueza e prestígio social das mulheres. A *arka* de uma mulher é ainda a *ardansa* própria das suas filhas.

Contudo, se o apoio em momentos de crise é, no contexto da sociedade guineense, em que não existem mecanismos de protecção social públicos eficazes, uma necessidade para as mulheres, que são responsáveis pelo bem estar familiar, o papel destas associações nos processos e estratégias femininas de individualização e subtracção à pressão familiar é igualmente relevante.

As práticas associativas são oportunidade para as mulheres constituírem redes de relações sociais desligadas do universo familiar, permitindo a individualização das estratégias femininas de sobrevivência e promoção sócio-económica.

Neste sentido, as associações correspondem a estratégias das mulheres para assumirem, reformulando, a individualização e «atomização» das relações sociais em meio urbano (Odeyé-Finzi, 1985: 80-82), através da organização em associações.

As associações concretizam, assim, novas modalidades de relações sociais, pelas quais as mulheres se subtraem às relações de género convencionais, no âmbito de uma crescente autonomização relativamente à família extensa e ao marido, que deixam de ser as únicas ou principais fontes de solidariedade social e os detentores exclusivos dos recursos económicos.

O recrudescimento do movimento associativo, animado sobretudo pelas mulheres, concretiza a reutilização e resignificação criativa e aferida à realidade presente, de processos, valores e legitimações tradicionais e modernas, de forma casuística, consoante as circunstâncias. As *abotas* e *mandjuandades*, em suma, prefiguram as formas ambíguas, pelas quais as práticas locais procuram realizar uma função social essencial: produzir a mudança sem perturbar a ordem social e encontrar soluções operacionais para os problemas que afectam os indivíduos fazendo economia do conflito⁸³, e contribuem para a reformulação das relações de género prevalescentes.

⁸³ Ver a este propósito Mathieu, 1996: 72.

Glossário

a

abota quotização; sistema de poupança e crédito mútuo rotativo.

afeteré vestido largo de tecido légós, cortado no peito e a $\frac{3}{4}$, com decote e mangas curtas franzidas e bainha de folhos, que é usado quotidianamente pelas mulheres em Bissau.

almoço repasto festivo onde se come, bebe, canta e dança e que é semalmalmente realizado rotativamente em casa de cada uma das *mandjuas*

ansalmas antepassados

ardansa herança

arka arca, mala.

b

badjuda rapariga ou mulher jovem

baloberu oficiante da baloba; é também adivinho. As mulheres baloberu, usam panos vermelhos, à cabeça ou como saia.

bambarem as crianças pequenas são transportadas e seguras, apertadas contra as costas das mães, num bambarem feito de pano pente. O pano pente só é substituído por impossibilidade económica, e é sinal de pobreza da mulher, reforçando o carácter sagrado deste pano rodeado de tabus e rituais. O bambarem, feito de uma banda de pano pente, cortada e cosida, a que se unem, em cada uma das quatro pontas, uma tira de pano para atar sobre o peito e à cintura, pode ser oferecido ou adquirido pela mulher, mas tem sempre de ser começado e acabado de coser num só dia. Nunca é vendido ou deitado fora, pois pode ser utilizado para tornar a mulher infértil. É guardado toda a vida pelas mães e conservado durante gerações (informações de Daniela, mulher manjaca).

basin tecido industrial, de cor azulada, por vezes com bordados incrustados, tradicionalmente usados pelos islamizados, na confecção de vestuário feminino e masculino.

bdes ritual de passagem (mancanha) pelo qual as mulheres se tornam anciãs.

bianda alimento principal; painço ou o arroz, que são a base alimentar (Acthinger 1992:69).

bideira comerciante informal, que reúne e distribui produtos, que pode também transformar.

bisiñu vizinho

bombolom instrumento musical de percussão, feito de um tronco de árvore.

brankundadi maneiras de branco

bulaña terreno baixo, alagado ou alagavel, já arroteado e preparado para a cultura do arroz.

burgoña vergonha

C

chão território; elemento identitário para os originários dessa área.

choro cerimónia funerária

clando mercado negro

combossa co-esposa

cunha relação particular estabelecida com intuito vantajoso baseado na família ou amizade

d

dibiñu adivinho

disgostu desgosto; morte.

djumbai convívio onde participam homens, mulheres e crianças de todas as idades e onde têm lugar relatos, canções, adivinhas, comentários, e que é sustentada e dirigida pelas intervenções das crianças, mulheres de todas as idades e homens velhos (os homens adultos não são geralmente muito protagonistas).

donacasa primeira esposa; esposa responsável do agregado familiar

f

fanado Cerimónia de iniciação. O *fanado* é considerado o evento mais importante na vida do indivíduo.

farda vestuário feito de tecido *legós* com igual padrão para ser usado por um grupo associativo

fidjo filho

fidjo-fêmea filha

fidjo-matcho filho

fogão unidade de produção e consumo constituída pela mãe e seus filhos

força poder económico e prestígio social

g

gumbé estilo de música urbana africana. Melodia que acompanha os poemas dos djidiu nascida da fusão da música crioula “Badjo Di Sala” com a música nativa. O gumbé surgiu no princípio da segunda grande guerra; associação multicultural de jovens (várias etnias e religiões), com fins de recreação e interajuda (Skinner, 1978; 199).

i

irã/Iran força ou seres espirituais e espíritos ancestrais; local das cerimónias dedicadas a estes seres espirituais (De Jong, 1987:26).

J

jambacós adivinho e médico tradicional que é visto como um sábio (De Jong, 1987: 33), e é frequentemente especializado no tratamento de

certas doenças determinadas. O jambacós pode combater as enfermidades por meio das cerimónias de Irã ou em-pregando plantas. A função de jambacós não é hereditária

jorson ou geração linhagem

juda ajuda

k

kari associação Mandinga

katasa ritual de iniciação Brame.

koba insultar

kudadi problemas, cuidados

légós tecido industrial, proveniente do Senegal, Gâmbia, Guiné-Conakry, Indonésia e Holanda, que são fabricados expressamente para os mercados africa-nos. Estes tecidos podem ser usados de várias maneiras (Domingues, 1996).

m

mafé molho, conduto, acompanhamento alimentar, produto alimentar secundário, por exemplo, legumes, óleo, frutas, carne ou peixe.

manchida reunião festiva

mandjua colega; membro da mesma classe de idade; membro da mesma associação «mandjuandade».

mandjuandade classe de idade; associação urbana, multifuncional com fins cerimoniais.

mindjer garandi anciã, mulher idosa, que goza de prestígio e poder

O

omi-garandi ancião, homem idoso, que goza de prestígio e poder.

P

palmas/palmo - as palmas são pares de tábuas que são tocadas percutidas uma contra a outra

pano pente pano de algodão, executado segundo a técnica de bandas estreitas (geralmente seis), cosidas longitudinalmente, cujo nome evoca o acessório do tear constituído por um caixilho, dentro do qual são ordenados os «dentes», entre os quais os fios passam, segundo a ordem dos liços, comprimindo a trama.

praça cidade colonial

pecadur pessoa, indivíduo.

r

raça- grupo étnico

s

skola di branku escola oficial

suku di bas figurativamente o dinheiro que passa no aperto de mão

t

tina tina ou tambor de água é um instrumento de percussão que consiste num recipiente (antigamente um bidão ou barril cortado a meio), onde é introduzida água e uma cabaça semi-esférica. O músico bate com as duas mãos, alternadamente fechadas e abertas, por cima da cabaça, produzindo um som ritmado.

BIBLIOGRAFIA

- ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. 1993 *O Movimento Associativo Rural na Guiné-Bissau. Evolução e Situação Actual*. Bissau, A.P.D./Solidami.
- ACIOLY Jr, Cláudio 1993 *Planejamento Urbano, Habitação e Autoconstrução. Experiências com Urbanização de Bairros na Guiné-Bissau*, Delft, Universidade de Tecnologia de Delft, 189p.
- ACIOLY Jr, Cláudio 1990 *Estudo Preliminar Sobre o Bairro Reino-Gambeafada*, Bissau, INEP 28p.
- ADEPOJU, Aderanti 1997 «Introduction» In Adepoju, Aderanti (ed.) *Family Population & Development in Africa*. London & New Jersey, Zed Books: 1-24.
- ADEPOJU, Aderanti & MBUGUA, Wariara. 1997 «The African Family: an Overview of Changing Forms» In Adepoju, Aderanti (ed.) *Family, Population and Development in Africa*. London and New Jersey, Zed Books: 41-59.
- ADEGBOYEGA, James et al. 1997 «The African Family: Data, Concepts and Methodology» In Adepoju, Aderanti (ed.) *Family, Population & Development in Africa*. London & New Jersey, Zed Books: 25-40.
- AGOUNKE, A. 1991 «Nouvelles Formes d'Unions en Afrique de l'Ouest: aspirations et ruptures» In UAPS, Commissioned Papers, *Conference on Women, Family and Population*, Vol.1 Ouagadougou, UAPS.
- ALMADA, André Alvares d' (1594) 1964 «Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde», In Padre António Brásio (ed.) *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1570-1600)*, (3): Lisboa: 229-378.
- ALMEIDA, Pedro Ramos 1979 *História do Colonialismo Português em África*. Lisboa, Estampa.
- AMADIUME, Ifi, 1987 *Male Daughters, Female Husbands. Gender and Sex in an African Society*. London and New Jersey, Zed Books. 223 p.
- AMSELLE, Jean-Loup 1977 *Les Négociants de La Savane*. Paris, Anthropos.
- AMSELLE, Jean-Loup 1985 «Ethnies et Espaces: Pour une Anthropologie Topologique» In Amselle, Jean-Loup & M'Bokolo, Elikia (eds.) *Au Cœur de l'Ethnie. Ethnies, Tribalisme et État en Afrique*. Paris, Éditions La Découverte: 11-48.
- AMSELLE, Jean-Loup & M'BOKOLO Emmanuel (eds.) 1985 *Au Cœur de l'Ethnie: Ethnies, Tribalisme et État en Afrique*. Paris, La Découverte
- AMSELLE, Jean-Loup 1998 (1^{re} ed. 1990) *Mestizo Logics. Anthropology of Identity in Africa and Elsewhere*. Stanford, Stanford University Press.
- AMSELLE, Jean-Loup. 2001 *Branchements. Anthropologie de L'Universalité des Cultures*. Paris, Flammarion
- ANDRÉINI, J-C. & LAMBERT, M-C. 1978 *La Guinée Bissau d'Amilcar Cabral à la Reconstruction Nationale*. Paris, L'Harmattan.
- ANTUNES, José Freire 1995 «Spínola em Bissau. As Armas e a Razão» In Antunes, José Freire. *A Guerra de África 1961-1974*. Lisboa, Circulo de Leitores: 343-362.

- ARDENER, S. 1964 «The Comparative Study of Rotating Credit Associations» *Journal of the Royal Anthropological Institute* XCIV (2): 201-226.
- ARDENER, S. & BURMAN, S. 1995 *Money-Go-Rounds: The Importance of Rotating Saving and Credit Association for Women*, Oxford, Berg Publishers.
- AREDO, D. 1993 *The Informal and Semi-Formal Financial Sectors in Ethiopia: A Study of the Iqqub Iddir and Savings and Credit Co-operatives*. AERC Document the Recherche n° 21, Nairobi.
- ARYEE, A. F. 1997 «The African Family and Changing Nuptiality Patterns» In Adepoju, Aderanti (ed.) *Family, Population & Development in Africa*. London & New Jersey, Zed Books: 78-96.
- ARYEETEY, E. 1994 *Financial Integration and Development in Sub-Saharan Africa: a Study of Informal Finance in Ghana*, ODI, Working Paper, 68, Londres.
- BALANDIER, G. 1969 «Préface» In G. Althabe (ed.) *Oppression et Libération dans l'Imaginaire. Les Communautés Villageoises de la Côte de Madagascar*. Paris, Maspero.
- BALANDIER, G. 1971 (1955), *Sociologie Actuelle de l'Afrique Noire*. Paris, Presses Universitaires de France.
- BALANDIER, G. 1971 *Sens et Puissance. Les Dynamiques Sociales* Paris, PUF.
- BALANDIER, G. 1985 (1974) *Anthropo-Logiques* Paris, Hachette.
- BANTON, Michael. 1957 *West African City. A Study of Tribal Life in Freetown*. London, Oxford University Press.
- BANTON, Michael 1965 «Social Alignment and Identity in a West African City» In Kuper (ed) *Urbanization and Migration in West Africa*. Berkeley, University of California Press: 131-147.
- BARBOSA, José 1950 «O Casamento na Guiné-Bissau» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 19 : 426-431.
- BARRETO, Honório Pereira 1947 (1843) «Memória sobre o Estado Actual de Senegambia Portuguesa, Causas de sua Decadência, e Meios de a Fazer Prosperar» In Walter, Jaime *Honório Pereira Barreto*. Bissau.
- BARRETO, João 1938 *História da Guiné 1418-1918*. Lisboa
- BAY, Edna 1982 (ed.) *Women and Work in Africa*. Boulder, CO: Westview Press.
- BECKER, Charles et al. 1994 *Beyond Urban Bias in Africa. Urbanization in an Era of Structural Adjustment* London, James Currey.
- BERTRAND-BOCANDÉ 1849 «Notes sur la Guinée portugaise au Sénégal Méridionale» *Bulletin de la Société de Géographie* XI (3): 277-280.
- BISILLIAT, Jeanne & FIELOUX, M. 1983 *Femmes du Tiers-Monde*. Paris, Le Sycamore.
- BLEDSON, C. 1990 «Transformations in Sub-Saharan African Marriage and Fertility» *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 510.

BOLANLE, Awe 1972 «The Economic Role of Women in a Traditional Society. The Yoruba Example» In *La Civilisation de la Femme dans la Tradition Africaine*, Colloque D'Abidjan, 3-8 Juillet, *Présence Africaine*, N° Spécial: 259-272.

BOSERUP, Esther 1970 *Women's Role in Economic Development*. London, George Allen & Unwin.

BOURDIEU, Pierre 1972 *Esquisse d'une Théorie de la Pratique. Précédé de Trois Études d'Ethnologie kabyle*. Genève Lib Droz.

BOURDIEU, Pierre 1979 *La Distinction*. Paris, Minuit.

BOURDIEU, Pierre 1983 *La Misère du Monde*. Paris, Seuil, 948 p.

BORGES, Luiza dos Reis 1993 «A Mulher e o Melhoramento da Habitação» *BISE* 2-3: 21-26.

BRITO, Eduíno 1952 «A Poligamia e a Natalidade entre os Grupos Étnicos Manjaco, Balanta e Brâme» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 25: 161-179.

BRITO, Eduíno 1956 «Taxas de Natalidade e Mortalidade dos Fulas do Gabú» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 44: 7-26.

BRITO, Eduíno 1958 «Notas sobre a Vida Familiar e Jurídica da Tribo Fula» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 49:7-23.

BRITO, Eduíno 1963 «Inquérito à Fecundidade da Mulher Fula do Gabú» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 72: 571-593.

BROOKS, George E. 1976 «The Signares of Saint-Louis and Gorée: Women Entrepreneurs in the Eighteenth Century Senegal» In Nancy Hafkin & Edna Bay (eds.) *Women in Africa: Studies in Social and Economic Change*. Stanford: 19-44.

BROOKS, George E. 1987 «Historical Perspectives on the Guinea-Bissau Region, Fifteenth to Nineteenth Centuries» In *Memorium Vice-Almirante Avelino Teixeira da Mota* (1). Lisboa, Academia de Marinha e IICT: 276-304

BROOKS, George E. 1990 «Notas Genealógicas de Proeminentes Famílias Luso- Africanas no Séc. XIX na Guiné-Bissau» *Soronda* 9: 53-71.

BROOKS, George E. 1993 *Landlords & Strangers. Ecology, Society, and Trade In Western Africa 1000-1630*. San Francisco, Oxford, Boulder, Westview Press.

BROSSELARD-FAIDHERBE 1889 «La Guinée Portugaise et les Possessions Françaises Voisines» *Bulletin de la Société de Géographie de Lille*, II (6): 381-434.

BUJRA, Janet 1986 «Urging Women to Redouble Their Efforts. Class, Gender and Capitalism Transformation in Africa» In Claire Robertson & Iris Berger (eds.) *Women and Class in Africa*. New York, Holmes & Meier/ Africana Publishing Company: 117-140.

CABRAL, Amílcar. 1964 *Breve Analyse de la structure Social de la Guinée "Portugaise"*. Conakry, PAIGC.

CABRAL, Amílcar 1969 *Revolution in Guinea: Selected Texts*. New York, Monthly Review Press.

- CABRAL, Amílcar 1974 *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa, Publicações Nova Aurora.
- CADAMOSTO, Luis de 1948 «*Viagens de Luis Cadamosto e Pedro de Sintra*» Editado por Damião Peres, Lisboa.
- CAPLAN, Pat 1987 «Introduction» In Caplan, Pat. (ed.) *The Cultural Construction of Sexuality*. London and New York Routledge: 1-30.
- CARDOSO, Carlos 1992 «A Ideologia e a Prática da Colonização Portuguesa na Guiné e o seu Impacto na Estrutura Social» *Soronda*, 14: 29-64.
- CARDOSO, Carlos & IMBALI, Faustino 1996 «A Família » In Monteiro, António Isaac (ed.) *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos Efeitos Sócio-Económicos*. Bissau, INEP: 203-239.
- CARREIRA, António 1947 *Vida Social dos Manjacos*, Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa (Memórias nº1), Bissau.
- CARREIRA, António 1952 «Censo da População Não-Civilizada de 1950» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 28:725-756.
- CARREIRA, António 1952b «Taxas Regionais de Natalidade e Mortalidade Infantil» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 27: 533-544.
- CARREIRA, António 1961 «O Censo Geral da População de 1960» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 61: 125-137.
- CARREIRA, António 1961a «Organização Social e Económica dos Povos da Guiné Portuguesa» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa XVI (64)*: 641-736.
- CARREIRA, António 1961b «Recenseamento da População. Índices de Poligamia» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 6: 769-782.
- CARREIRA, António, 1968 «A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde. A Sua Unidade histórica e Populacional» *Ultramar* 32 (4): 70-98.
- CARVALHO, Clara 1998 *Ritos de Poder e a Recriação da Tradição. Os Régulos Manjaco da Guiné-Bissau*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- COHEN, Abner 1974 «Introduction: The Lesson of Ethnicity» In Abner Cohen (ed.) *Urban Ethnicity* London, Tavistock Publications.
- COHEN, Ronald 1978 «Ethnicity: Problem and Focus in Anthropology» *Annual Review of Anthropology*, 7: 379-403.
- COHEN, Abner 1981 *The Politics of Elite Culture: Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society*. Berkeley, California University Press.
- COHEN, Anthony 1985 *The Symbolic Construction of Community*. London, Routledge.
- COMHAIRE-SYLVAIN, Suzanne 1968 *Femmes de Kinshasa Hier et Aujourd'hui*. Paris, Mouton..

- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine 1965 *A Descoberta de África*, Lisboa, Edições 70.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine 1985 «The Colonial Economy of the Former French, Belgian and Portuguese Zones, 1914-35» In Bohen, (ed) *General History of Africa. Africa Under Colonial Domination 1880-1935*: 351-457.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (ed.) 1988 *Processus de Urbanisation en Afrique* 2 vols. Paris, L'Harmattan.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine 1991 «The Process of Urbanization in Africa: from Origins to the Beginnings of Independence» *African Studies Review* 34 (1): 1-98.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine 1991a «Villes Africaines Anciennes: Une Civilisation Mercantile Pré-Négrière dans L'Ouest Africain, XVI et XVII Siècles» *Annales Économies Sociétés Civilisations*, 6: 1389-1410.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine 1994 *Les Africaines. Histoire des Femmes d'Afrique Noire du XIX au XX siècle*. Paris, Desjonquères, 291 p.
- CORDONNIER, R. 1977 «De la Condition Socio-économique des Femmes Africaines» *Cultures et Développement* IX (3): 387-412.
- CORDONNIER, Rita 1979 *Femmes Africaines et Commerce : Les Revendeuses de Tissu de la Ville de Lomé (Togo)* Thèse de Doctorat, Université de Paris V et EHESS.
- CROWLEY, Eve L. 1993 *Guinea-Bissau's Informal Economy and its Contributions to Economic Growth*. The Hague (Netherlands), Agency for International Development.
- DAVID, Olivier & MOUSTIER, Paule 1993 *Systèmes Maraîchères Approvisionnant Bissau*. Unité de Recherche des filières n°7. Mission de Coopération Française. Bissau.
- DAVIDSON, Basil 1969 *Liberation of Guiné: Aspects of an African Revolution*. Harmondsworth, Penguin.
- DAVISON, Jean 1988 «Land and Women's Agricultural Production. The Context» In Jean Davison (ed.) *Agriculture, Women and Land. The African Experience*. London, Westview Press: 1-32.
- DELGADO, Ana Maria 1989 «Mobilização Feminina em Bissau: o caso das Vendedeiras dos Mercados» *BISE* 4: 7-17.
- DELGADO, Ana Maria 1989 *Relatório sobre o Sector Urbano: As Mulheres no Sector Informal*. Bissau, INEP.
- DELGADO, Ana Maria & FERNANDES, Raul Mendes 1989 «Relatório Sobre a Participação das Mulheres dos Mercados de Bissau na Economia Nacional» In Relatórios do Seminário UNESCO/INEP *As Mulheres na Economia Nacional*. Bissau, INEP: 1-37.
- DELGADO, Ana Maria & FERNANDES, Raul Mendes 1989 «Relatório Sobre a Participação das Mulheres de Cupelon na Economia Nacional» In Relatórios do Seminário *O Papel da Mulher na Economia Nacional* UNESCO/INEP, Bissau 18 a 24 de Julho 1989. Bissau, INEP: 2-15.
- DINAN, Carmel 1983 «Sugar Daddies and Gold Diggers: the White Collar Single Women in Accra » In C. Oppong (ed.) *Female and Male in West Africa*. London, George Allen & Unwin: 344-366.

- DOMINGUES, Manuela Borges 1996 «Mana Ka Bu kai: da importância dos panos nas relações de género em meio urbano, Bissau» In *Catálogo da Exposição Panos de Cabo Verde e Guiné-Bissau*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia.
- DOZON, Jean-Pierre 1998 (1ª ed. 1986) «Africa: A Família na Encruzilhada» In Burguière (ed) *História da Família*. 3º Volume O Choque das Modernidades: Asia, Africa, America, Europa. Lisboa, Terramar: 259-291.
- DUA, V. 1979 «A Woman's Encounter With Arya Samaj and The Untouchables: A Slum In Jullundur» In M. N. Srinivas et al (eds.) *The Fieldworker and the Field: Problems and Challenges in Sociological Investigation*. Delhi, OUP: 115-26.
- DUARTE, Aquino & GOMES, Aristides 1996 «O Sector Informal» In António Isaac Monteiro (coord.) *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos Efeitos Sócio-Económicos*. Bissau, INEP: 97-115.
- DUARTE, Fausto 1952 «A Libertação da Guiné Portuguesa pela Carta de Lei de 1879» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 7 (28): 789-794.
- DULUCQ, S. & GOERG, O. 1989 «Quelques Préalables» In Sophie Dulucq & Odile Goerg (dir.) *Les Investissements Publics dans les Villes Africaines 1930-1985. Habitat et Transports*. Paris, L'Harmattan.
- EAMES, Edwin & GOODE, Judith G 1977 *Anthropology of the City. An Introduction to Urban Anthropology*. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, New Jersey, 344p.
- EKECHI, Felix 1995 «Gender and Economic Power: The Case of Igbo Market Women of Eastern Nigeria In Bessie House-Midamba and Felix Ekechi (eds.) *African Market Women and Economic Power. The Role of Women in African Economic Development*. Westport, Connecticut, London, Greenwood Press: 41-57.
- EKECHI, Felix 1996 «Perceiving Women as Catalysts» *Africa Today* 43 (3): 235-250.
- EMOVON, Adesuwa C. 1997 «Women of Power. A Study of Market Women's Associations in Benin City, Bendel State, Nigeria» In Flora Edouwaye S. Kaplan (eds.) *Queens, Queen Mothers, Priestesses, and Power. Case Studies in Africa Gender*. New York, The New York Academy of Sciences: 203-214.
- EPSTEIN, A. 1969 «The Network and Urban Social Organizations» In Mitchell, J. Clyde (ed.) *Social Networks in Urban Situations* Manchester University Press: 77-116.
- FALADÉ, Solange 1971 «Women of Dakar and the Surrounding Urban Area» In Denise Paulme (ed.) *Women of Tropical Africa*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press: 217-229.
- FALL, Abdou Salam 1994 «Et si L'Insertion Urbaine passait par l'Investissement dans les Réseaux Sociaux ? Réseaux Formels et Informels de Solidarité et de Dépendance dans les Quartiers de Dakar» In Jean-Pierre Jacob & Philippe Lavigne Delville (eds.) *Les Associations Paysannes en Afrique. Organisation et Dynamiques*. Paris, Karthala: 293-303.
- FALL, Rokhaya 1994 «Femmes et Pouvoir dans les Sociétés Nord Sénégalaises» *Afrika Zamani* 2: 69-79.
- FALL, Rokhaya 1999 «Tradition, Position Sociale de la Femme et Stratégie face à la Crise du Développement au Sénégal» *Présence Africaine. Numéro Spécial Colloque de Dakar 25-27 Novembre 1997*: 205-215.

- FALOLA, Toyin 1995 «Gender, Business, and Space Control: Yoruba Market Women and Power» In Bessie House-Midamba and Felix Ekechi (ed) *African Market Women and Economic Power. The Role of Women in African Economic Development*, London, and Westport, Connecticut Greenwood Press: 23-40.
- FERNANDES, Valentim 1951 (1510) *Description de la Cote Occidentale de L'Afrique (Sénégal au Cap de Monde, Archipels)*, editado por Monod, Teixeira da Mota, Avelino e R. Mauny. Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- FERNANDES, José Manuel 1998 «A Cultura das Formas: Urbanismo, Arquitectura, tes» In: Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (ed) *História da Expansão ortuguesa* Volume 4, Lisboa, Circulo de Leitores : 444-491.
- FERNANDES, Raul Mendes & al. 1988 *Contribution à la Connaissance de la Situation Sócio-Économique de la Femme en Guinée-Bissau*, Bissau, CESE.
- FREYRE, Gilberto 1989 «Homenagem à Obra de Avelino Teixeira da Mota» In *Vice-Almirante A.A Teixeira Da Mota, In Memorium*. Lisboa, IICP/Academia de Marinha. vol II:183-192.
- FUNK, Ursula 1988 «Land Tenure, Agriculture, and Gender in Guinea-Bissau» In Jean Davison (ed.) *Agriculture, Women and Land. The African Experience*. Boulder & London, Westview Press: 33-58.
- GALLI, Rosemary 1990 *Guinea-Bissau* (World Bibliographical Series V.121) Oxford, Santa-Barbara, Denver Clio Press, 181p.
- GALLI, Rosemary & FUNK, Ursula 1992-1994 «O Ajustamento Estrutural e Género na Guiné-Bissau», *Revista Internacional de Estudos Africanos* 16/17: 235-254.
- GARCIA, M. 1983 «Auto-Organisation des Milieux Africains et Développement» *Archives de Sciences Sociales de la Coopération et du Développement*, 65: 21-38.
- GEERTZ, Clifford 1962 «Rotating Credit Association A «Middle Rung» *Development*», *Economic Development and Cultural Change* X (3):241-263.
- GEERTZ, Clifford 1966 «The Rotating Credit Association A «Middle Rung» In *Development*» In I. M. Wallerstein (ed.) *Social Change: the Colonial Situation*. New York, Wiley: 420-446.
- GIBLIN, Marie J. 1996 «Empowerment» In Russel & Clarkson (ed.) *Dictionary of Feminist Theologies*: 83-84.
- GORDON, April 1996 *Transforming Capitalism and Patriarchy. Gender and Development in Africa*. London, Lynne Rienner Publishers. 219 p.
- GOVERNO DA GUINÉ-BISSAU & UNICEF 1988 *Analyse de la Situation des Enfants et des Femmes en Guinée-Bissau*. Bissau, UNICEF.
- GRANDMAISON, Colette Le Cour 1970 *Rôles Traditionnels Féminins et Urbanisation Lebou et Wolof de Dakar*. Thèse de doctorat. Paris.
- GRANDMAISON, Colette Le Cour 1972 *Femmes Dakaroises. Rôles Traditionnels Féminins et Urbanisation*. *Annales de L'Université D'Abidjan*, série F tome 4. Abidjan, Université d'Abidjan.
- GUÉRACAQUE, M. 1982 «Les Tontines» in Paquot, E. (ed.) *Terre des Femmes-Panorama de la Situation des Femmes dans le Monde* Paris, Maspero.

- GUGLER, J. 1972 «The Second Sex in Town» *Canadian Journal of African Studies* 6 (2): 289-301.
- GUSTIN, Marie-Hélène 1991 *Femmes et Modernisation dans la Communauté Swahili de Mombassa au Kenya*. Thèse de Doctorat, Paris. EHESS.
- HAFKIN, Nancy & BAY, Edna 1976 «Introduction» In Hafkin, Nancy; BAY, Edna (eds.) *Women in Africa. Studies in Social and Economic Change*. Stanford, Calif. Stanford University Press: 1-18.
- HAMEH-BASSENE, Johayna Françoise 1977-78 *O Papel da Mulher no Desenvolvimento da Guiné-Bissau, Mémoire de Maitrise de Portugais*, L'Université de Dakar, 139 p.
- HANDEM, Diana Lima 1987 «Guiné-Bissau: Adaptar-se à Crise» *Soronda* 3: 52-10.
- HANDEM, Diana Lima & FERNANDES, Raul Mendes 1988 *Contribution à la Connaissance de la Situation Socio-Economique de la Femme en Guinée-Bissau*. Paris, CEDID-ORSTOM, 71 p.
- HANDEM, Diana Lima & FERNANDES, Raul Mendes 1988 «O Papel da Mulher na Reprodução da Força de Trabalho» *BISE* 1: 27-40.
- HANDEM, Diana Lima 1989 A Mulher na Economia Nacional. Síntese do Estudo de Caso Sector de Cubucaré In: *Relatórios de Seminário O Papel da Mulher na Economia Nacional, UNESCO/INEP, Bissau 18 a 24 de Julho 1989*, Bissau: 21-30.
- HANDEM, Diana Lima 1989 «A Mulher e o Desenvolvimento» In Handem, Diana Lima & Silva, Fernando (eds.) *A Guiné-Bissau a Caminho do Ano 2000* Bissau INEP/CESE: 251-302.
- HANDEM, Diana Lima 1991 «Mulheres Africanas e Desenvolvimento: Que Integração?» *BISE* vol. 7 (3-4): 31-37.
- HANNERZ, Ulf 1980 *Exploring the City. Inquiries Toward an Urban Anthropology*. New York, Columbia University Press. 378 p.
- HART, Keith 1982 *The Political Economy of West African Agriculture*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HAY, Margaret Jean & STICHER, Sharon 1995 (1984) (ed.) *African Women South of the Sahara*, London, Longman.
- HENDA, Lucia & FERREIRA, Manuel Ennes 1998 *O Financiamento Informal e As Estratégias de Sobrevivência Económica das Mulheres Em Angola: A Kixikila No Município Do Sambizanga (Luanda)*, Comunicação apresentada ao V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 1-5 Setembro, Maputo.
- HESSELING, Gerti & LOCOH, Thérèse 1997 «Femmes, Pouvoir, Sociétés» *Politique Africaine*, 65: 3-20.
- HOLLOS, Marida 1991 «Migration, Education, and the Status of Women in Southern Nigeria» *American Anthropologist*, 93: 852-870.
- HOUSE-MIDAMBA, Bessie & EKECHI, Felix 1995 «Introduction» In Bessie House-Midamba & Felix Ekechi (eds.) *African Market Women and Economic Power. The Role of Women in African Economic Development*. Westport, London, Greenwood Press: 11-19.

- ISIUGO-ABANIHE, U.C. et al. 1991 «Urban Nuptiality Patterns and Marital Fertility in Nigeria» In UAPS, Commissioned Papers, *Conference on Women, Family and Population*, Vol.1 Ouagadougou, UAPS.
- JAO, Mamadu 1989 «Estrutura Política e Relações de Poder entre os Brâmes ou Mancanhas», *Soronda*, 8: 47-61.
- JACQUET, Isabelle 1995 *Développement au Masculine/Féminin. Le Genre Outil d'un Nouveau Concept*. Paris, L'Harmattan. 192 p.
- KANE, P. H. L. 1978 *L'Évolution des Tontines dans le Système Bancaire au Sénégal*. Paris, EHESS.
- KARIBA, Wanjiku & NZIOKI, Elizabeth A. 1993 «Celebrating Women Resistance: A Case Study of Women Movement in Kenya, Nairobi», *African Women Perspective* 62-64.
- KARIM, Wazir Jahan 1993 «With Moyang Melur In Carey Island: More Endangered, More Engendered» In Bell, Diane & Caplan, Pat & Karim, Wazir Jahan (eds.) *Gendering Fields. Women, Men And Ethnography*, London & New York, Routledge: 78-92.
- KAYONGO-MALE, Diane & ONYANGO, Philista 1984 *The Sociology of the African Family*. London and New York, Longman (ed.) 123 p.
- LAMBERT, H. E. 1956 *Kikuyu Social And Political Institutions*. London and Oxford, International African Institute, 149p.
- LAMBERT, Agnès 1986 «Une Alliance Tumultueuse, les Commerçantes Maliennes du Dakar-Niger et les Agents de L'État» *Cahiers ORSTOM*, 23 (1): 83-104.
- LAMBERT, Agnès 1986a *Contributions à une Approche de la Question des Femmes et du Pouvoir en Anthropologie*. Mémoire pour le DEA, EHESS, Paris.
- LAMPHERE, Louise 1993 «Strategies, Cooperation, And Conflict Among Women In Domestic Groups» In Rosaldo, Michelle Zimbalist & Lamphere, Louise (eds.) *Woman, Culture & Society*. Stanford, Stanford University Press (1^a ed. 1974): 97-112.
- LATOUR, Marie-Lorraine Pradelles 1985 «Paroles d'Hommes, Images de Femmes» In: Barbier, Jean-Claude (ed.) *Femmes du Cameroun. Mères Pacifiques, Femmes Rebelles*, Paris, ORSTOM e KARTHALA: 357-367.
- LECARME, Mireille 1993 *Marchands à Dakar: Négoco, Négociation Social et Rapports Sociaux de Sexe en Milieu Urbain Précaire* Thèse de doctorat, EHES, Paris.
- LEPRI, Jean-Pierre 1984 *La Guinée-Bissau en Question(s). Essai d'Analyse Sociale, Économique et Sociologique*. Ministère de l'Éducation Nationale, République de Guinée-Bissau, 88p. (documento de trabalho do Projecto da Unesco 702/GBS/10).
- LEWIS, Barbara 1976 «The Limitations of Group Action Among Entrepreneurs: The Market women of Abidjan, Ivory Coast» In Hafkin & Bay (ed.) *Women in Africa: Studies in Social and Economic Change*. Stanford, Stanford University Press: 136-156.
- LITTLE, K. 1965 *West African Urbanization: A Study of Voluntary Organizations in Social Change*. Cambridge, Cambridge University Press.

- LITTLE, K. 1966 *Some Contemporary Trends In African Urbanization*. Evanston, Northwestern University Press.
- LITTLE, K. 1973 «Urbanization and Regional Associations: Paradoxical Function» In Aidan Southall (ed.) *Urban Anthropology, Cross-Cultural Studies of Urbanization*. New York, Oxford University Press.
- LITTLE, K. 1973a *African Women in Towns. An aspect of Africa's Social Revolution*. London, Cambridge University Press, 242 p.
- LOPES, Edmundo Correia 1944 «Quesitos Etnográficos para a Guiné Portuguesa. Organização do Trabalho entre os Mandingas» *O Mundo Português*, XI (126): 209-218.
- LOPES, Edmundo Correia 1944 «Antecedentes de Aculturação dos Povos da Guiné Portuguesa». *O Mundo Português* vol. XI, (124):135-140.
- LOPES, Carlos 1982 *Etnia, Estado, e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa, Edições 70.
- LOPES, Carlos 1988 *Para Uma leitura Sociológica da Guiné-Bissau*. Lisboa e Bissau, INEP e Edições ES.
- LOURENÇO_LINDELL, Ilda. 2001 »Social Networks and Urban Vulnerability to Hunger» In Tostensen, Arne et al (ed) *Associational Life in African Cities. Popular Responses to the Urban Crisis*. Suécia, Nordiska Afrikainstitutet: 30-45
- LOURENÇO_LINDELL, Ilda.1996 «How do the urban poor stay alive? Food provision in a squatter settlement of Bissau, Guinea-Bissau» *African Urban Quarterly*, 11, 2,3: 163-168
- LOURENÇO_LINDELL, Ilda. 1995 «The Informal food economy in a peripheral urban district: the case of Bandim district, Bissau» *Habitat International*, 19,2: 195-208
- MAANEN, Bert 1996 «Economia» In Monteiro, António Isaac (cord.) *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos Efeitos Sócio-Económicos*. Bissau, INEP: 27-41.
- MACINTYRE, Martha 1993 «Fictive Kinship or Mistaken Identity? Fieldwork on Tubetube Island, Papua New Guinea» In Bell, Diane & Caplan, Pat & Karim, Wazir Jahan (eds) *Gendering Fields. Women, Men And Ethnography*, London & New York, Routledge: 44-62.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero 1998 «Os Territórios Africanos. Os Portugueses na Costa Atlântica» In Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (eds.) *História da Expansão Portuguesa* Volume 3, Lisboa, Circulo de Leitores: 60-83.
- ULRICH Mai 1992 *Credit, Consensus, and Power: The Local Association as a Modern Institution of Socialization* Working Paper nº 167. University of Bielefeld, Faculty of Sociology. Bielefeld, 21p.
- MARK, Peter 1996 «Portuguese Architecture and Luso African Identity in Senegambia and Guinea 1730-1890» *History in Africa* 23: 179-196.
- MATHIEU, Paul 1996 «Pratiques Informelles, Gestion de la Confusion et Invention du Foncier en Afrique» In Villers, G. *Phénomènes Informels et Dynamiques Culturelles en Afrique*, Paris, L'Harmattan : 64-87.
- MAYER, Philip & MAYER, Iona 1971 *Townsmen or Tribesmen: Conservatism and the Process of Urbanism in a South African City*. London; Oxford University Press.

- MBILINYI, M. 1989 «This is an Unforgettable Business: Colonial State Intervention in Urban Tanzania» In Jane Parpart & Kathleen Staudt (eds.) *Women and the State in Africa*. Lynne Rienner, Boulder.
- MBUGUA, Wariara 1992 «The Dynamics and Structures of Family Formation in Africa» In *The Structure and Dynamics of Family Formation in Africa*. Dakar, Union for African Population Studies.
- MECHTHILD, Reh & GUDRUN, Ludwar-Ene 1995 «Introduction» In Mechthild, Reh & Gudrun Ludwar-Ene (eds.) *Gender and Identity in Africa*. Hamburg, Verlag: 9-13.
- MEEKERS, D. 1992 «The Process of Marriage in African Societies: A Multiple Indicator Approach» *Population and Development Review*, 18: 61-78.
- MEILLASSOUX, Claude 1968 *Urbanization of an African Community. Voluntary Associations* In Bamako . Seattle and London, University of Washington Press, 165 p.
- MEILLASSOUX, Claude 1971 *The Development of Indigenous Trade and Markets in West Africa*. London, Oxford University Press.
- MEILLASSOUX, Claude 1975 *Femmes Greniers et Capitaux*. Paris L'Harmattan.
- MENCHER, Joan Anne & OKONGWU, Anne (eds.) *Where Did all the Men Go? Female-Headed Supported Households in Cross-Cultural Perspective*. Boulder, Westview Press, 282 p.
- MENDY, Peter Karibe 1994 *Colonialismo Português em África: A Tradição da Resistência na Guiné-Bissau, 1879-1959*. Bissau, INEP.
- MENGENS, Harry 1986 *Investigação Sócio-Económica no Bairro Cupelom De Cima, Bissau, Bissau, Projecto do Melhoramento dos Bairros de Bissau*.
- MIANDA, Gertrude 1996 *Femmes Africaines e Pouvoir. Les Maraîchères de Kinshasa* Paris, L'Harmattan, 193 p.
- MIRACLE, Marvin & COHEN, Laurie 1980 «Informal Savings Mobilization In Africa» *Economic Development And Cultural Change* V. (4).
- MONTEIRO, António Isaac 1996 «Introdução» In Monteiro, António Isaac (cord.) *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos Efeitos Sócio-Económicos*. Bissau, INEP: 11-26.
- MONTEIRO, A. & MARTINS, Geraldo 1996 «Os Efeitos do PAE no Sector da Educação» In Monteiro, António Isaac (cord.) *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos Efeitos Sócio-Económicos*. Bissau, INEP: 117-196.
- MOORE, Henrietta 1988 *Feminism and Anthropology*. Cambridge. Polity Press.
- MOORE, Henrietta 1994 «The Cultural Constitution of Gender». In *The Polity Reader In Gender Studies*. Cambridge, Polity Press: 5-13.
- NDIONE, Emmanuel Seyni 1993 *Dakar une Société en Grappe* Karthala, Paris, 212p.
- NNOLI, Okwudiba 1989 *Conflitos Étnicos em África*. Dakar, Cordesia.
- O'BARR, Jean & FIRMIN-SELLERS, Kathryn 1995 «African Women In Politics» In Margaret Jean Hay & Sharon Stichter (eds.) *African Women South of the Sahara*. Longman, New York: 189-212.

- OBBO, Christine 1980 *African Women in Towns: An Aspect of Africa's Social Revolution*. Cambridge, Cambridge University Press.
- OBBO, Christine 1980a *African Women: Their Struggle for Economic Independence*. London, Zed Books.
- ODEYÉ-FINZI, Michèle 1985 *Les Associations en Villes Africaines*: Dakar, Brazzaville. Paris, L'Harmattan.
- OPPONG, Christine 1983 *Female and Male in West Africa*. London, Allen and Unwin.
- OPPONG, Christine 1991 «Conjugal and Parental Roles in African Families: Old and New Models» In UAPS, *Conference on Women, Family and Population, Ouagadougou, 24-29 April 1991*. Dakar, Union for African Population Studies.
- OPPONG, Christine 1997 «African Family Systems and Socio-Economic Crisis» In Adepoju, Aderanti (ed.) *Family, Population & Development in Africa*. London and New Jersey, Zed Books: 158-182.
- OKONJO, Kamene 1976 «The Dual-Sex Political System in Operation: Igbo Women and Community Politics in Midwestern Nigeria» In Hafkin & Bay (ed.) *Women in Africa: Studies in Social and Economic Change*. Stanford, Stanford University Press: 45-58.
- O'REILLY, C. 1996 «Urban Women's Informal Savings And Credit Systems In Zambia» *Development In Practise* V. (6).
- PARKIN, David 1969 *Neighbours and Nationals in African City Ward*, London, Routledge and Kegan Paul.
- PEIL, Margaret 1981 *Cities and Suburbs. Urban Life in West Africa* New York, Africana.
- PÉLISSIER, René 1989 *História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936* 2 V. Lisboa, Editorial Estampa.
- QUINTINO, Fernando R. 1969 «Os Povos da Guiné II» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* 96: 861-915.
- RAHNEMA, Majid 1997 «Introduction» In: Majid Rahnema e Victoria Bawtree (eds.) *The Post-Development Reader*, Zed Books, London and New Jersey: IX-XIX.
- RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO DE 1991(1996) *Resultados Definitivos Sector Autónomo de Bissau*.
- REDFIELD, Robert 1941 *The Folk Culture of Yucatan*. Chicago, University of Chicago Press.
- REMA, Henrique Pinto 1971 «O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa Lembra 25 Anos de Existência» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* XXVI (101): 21-61.
- REVEYRAND, Odile 1982 *Tradition, Modernité et Tendances Culturelles des Femmes de Casamance (Sénégal). Étude Effectuée en Milieu Peul, Manding et Diola*. Thèse Doctorat Paris, E.H.E.S S.
- REVEYRAND, Odile 1982a «Les Associations féminines en Afrique Noire: l'exemple de Casamance ». *Le Mois en Afrique* Oct-Nov: 119-139.

- RIBEIRO, Carlos et al. 1991 *Sobre A Integração da Mulher no Processo de Desenvolvimento da Guiné-Bissau (situação real, política e estratégia)*. Relatório Preliminar. Bissau. INEP, Republica da Guiné-Bissau/ Ministério da Promoção Feminina & Programa de Nações Unidas Para O Desenvolvimento.
- RISS, Marie-Denise 1989 *Femmes Africaines en Milieu Rural*, Paris, L'Harmattan.
- ROBERTSON, Claire 1974 «Economic Woman in Africa: Profit-Making Techniques of Accra Market Woman», *Journal of Modern African Studies*, 12 (4): 657-664.
- ROBERTSON, Claire 1976 «Ga Women and Socioeconomic Change in Accra, Ghana» In Nancy J.Hafkin and Edna G. Bay (ed.) *Women in Africa: Studies in Social and Economic Change*. Stanford, Stanford University Press: 111-133.
- ROBERTSON, Claire & BERGER, Iris 1986 «Introduction: Analysing Class and Gender-African Perspectives In Claire Robertson & Iris Berger (eds.) *Women and Class in Africa*. New York, Holmes & Meier/Africana Publishing Company: 3-26.
- ROBERTSON, Claire 1995 «Social Change in Contemporary Africa» In Martin, Phyllis & O'Meara, Patrick (eds.) *Africa* London James Currey Publishers: 313-329.
- ROBERTSON, Claire 1995a «Trade, Gender, and Poverty in the Nairobi Area: Women's Strategies for Survival and Independence in the 1980s». In Blumberg, Era Lesser et al (eds.) *Engendering Wealth and Well-Being: Empowerment for Global Change*. Boulder, Westview: 65-87.
- ROBERTSON, Claire 1995b «Women in the Urban Economy» In Margaret Jean Hay & Sharon Stichter (eds.) *African Women South of the Sahara*. London, New York, Longman: 44-65.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise 1993 «Introduction» In Rosaldo, Michelle Zimbalist & Lamphere, Louise (ed) *Woman, Culture & Society*. Stanford, Stanford University Press (1^a ed. 1974): 1-15.
- ROSALDO, Renato 1989 *Culture and Truth. The Remaking of Social Analysis*. Berkeley, University of California Press
- ROSANDER, Eva Evers 1997 «Introduction» In Eva Rosander (ed.) *Transforming Female Identities. Women's Organizational Forms in West Africa* (Seminar Proceedings n° 31) Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala: 13-34.
- ROSANDER, Eva Evers 1997 «Women's in Groups in Africa: Female Associational Patterns in Senegal and Morocco» In Dawn Chatty and Annika Rabo (eds.) *Women Organized in Groups in the Middle East*. Oxford, Berg.
- ROSS, Fiona 1996 «Diffusing Domesticity: Domestic Fluidity in Die Bos» *Social Dynamics* 22 (1): 55-71.
- ROUGÉ, J-L 1988 *Petit Dictionnaire Étymologique du Kriol de Guinée-Bissau et Casamance*. Bissau, INEP.
- SACKS, Karen 1979 *Sisters and Wives: the past and future of sexual equality*. Westport, Greenwood Press.
- SARMENTO RODRIGUES «A Nossa Guiné» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* XXVI (101): 15-20.

- SCHILDKROUT, Enid 1974 «Ethnicity And Generational Differences Among Urban Immigrants In Ghana» In COHEN, Abner (ed.). *Urban Ethnicity*. London, Tavistock Publications: 187-222
- SCHILDKROUT, Enid 1982 «Dependence and Autonomy: The Economic Activities of Secluded Hausa Women in Kano, Nigeria» In Hafkin & Bay (ed.) *Women in Africa: Studies in Social and Economic Change*. Stanford, Stanford University Press.
- SHELDON, Kathleen 1996 «Urban African Women: Courtyards, Markets, City Streets» In Sheldon, Kathleen (ed.) *Courtyards, Markets, City Street: Urban Women in Africa* Westview Press: 3-27.
- SILVA, Artur Augusto da 1953 «Considerações sobre os Direitos de família e Propriedade entre os Fulas da Guiné Portuguesa e suas recentes transformações» *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 31: 405-415.
- SILVEIRA, Joel Frederico 1989 «La Spatialisation d'un Rapport Colonial: Bissau 1900-1960» In Cahen, Michel (eds.) *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*. Paris, L'Harmattan: 74-97.
- SILVEIRA, 1998 «Guiné» In Valentim Alexandre & Jill Dias (eds.) *O Império Africano 1825-1890 Nova História da Expansão Portuguesa* (vol. X) Lisboa, Editorial Estampa: 211-267.
- SINOUE, Alain 1993 *Comptoirs et Villes Coloniales du Sénégal*. Saint-Louis, Gorée, Dakar. Paris, Karthala/Orstom.
- SKINNER, Elliot 1978 «Voluntary Associations and Ethnic Competition in Ouagadougou» In Brian M. du Toit (ed.) *Ethnicity in Modern Africa*. Colorado, Westview Press/Boulder: 191-211.
- SMOCK, Audrey C. 1977 «The Impact of Modernization on Women's Position in the Family in Ghana» In Alice Schlegel (ed.) *Sexual Stratification: A Cross-Cultural View*. New York, Columbia University Press.
- SOUTHALL, A. 1961 *The Position of Women and the Stability of Marriage In Social Change In Modern Africa*. London, Oxford University Press for International Africa Institute.
- SOUTHALL, A. (ed.) 1973 *Urban Anthropology: Cross-Cultural Studies of Urbanization*. London, Oxford University Press.
- SOYIBO, A. 1994 *Financial Linkage and Development in Sub-Saharan Africa: A Study of Finance in Nigeria*, Working Paper, Overseas Development Institute, Londres.
- SPINOLA, António Sebastião Ribeiro de 1973 *Ordenamento Rural e Urbano na Guiné-Bissau*. Bissau, Imprensa Nacional da Guiné.
- STAMP, Patricia 1975-1976 «Perceptions of Change and Economic Strategy Among Kikuyu Women of Mitero, Kenya» *Rural Africana*, 29: 19-43.
- STAMP, Patricia 1986 «Kikuyu Women's self-help groups: Toward an understanding of the relation between Sex-gender system and mode of Production in Africa» In Claire Robertson & Iris Berger (eds) *Women and Class in Africa*. New York, Holmes & Meier/ Africana Publishing Company: 27-46.
- STAMP, Patricia. 1989 *Technology, Gender and Power in Africa*. Ottawa: International Development Research Center.

- STROBEL, Margaret 1976 «From Lelemama to Lobbying: Women's Associations in Mombassa, Kenya» In Hafkin & E. G. Bay (eds.) *Women in Africa: Studies in Social and Economic Change*. Calif. Stanford University Press: 183-212.
- SUDARKASA, Niara 1973 *Where Women Work: A Study of Yoruba Women in the Market Place and in the Home*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- TEIXEIRA DA MOTA, Avelino 1947 *Inquérito Etnográfico Organizado pelo Governo da Colónia no Ano de 1946*. Publicação Comemorativa do V Centenário da Descoberta da Guiné. Bissau CEGP.
- TEIXEIRA DA MOTA, Avelino 1948 «Classificação e Evolução da Casa e Povoamento Indígena» In Teixeira da Mota, Avelino & Neves, Mário (eds.) *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*. Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa: 11-136.
- TEIXEIRA DA MOTA, Avelino 1954 *Guiné Portuguesa*. (2 Vol.). Lisboa. Agencia Geral do Ultramar.
- TRIPP, Aili Mari 1989 «Women and the Changing Urban household Economy in Tanzania» *Journal of Modern African Studies*, 27 (4): 601-623.
- TRIPP, Aili Mari 1991a «The Impact of Crisis and Economic Reform on Women in Urban Tanzania» In: Lourdes, Beneria and Shelley Feldman (eds.) *Unequal Burden: Economic Crises, Persistent Poverty, and Women's Work*. Boulder, Westview.
- TVEDTEN, I. 1991 «Programa de Ajustamento Estrutural e Implicações Locais: o caso dos pescadores artesanais na Guiné-Bissau, *Soronda 2*.
- ULRICH, Mai 1992 *Credit, Consensus, and Power: The Local Association as a Modern Institution of Socialization* Working Paper nº 167. University of Bielefeld, Faculty of Sociology. Bielefeld, 21p.
- UNDP, 1991 *Human Development Report* Oxford/New York, Oxford University Press.
- UNITED NATIONS. 1996. 1994 *Demographic Yearbook*. UN, New York
- URDANG, Stephanie 1979 *Fighting Two Colonialisms: Women in Guinea-Bissau*. New York, Monthly Review Press.
- VALDEZ, F. Travassos 1864 *África Ocidental: Notícias e Considerações*. Lisboa, Vol 1: 352-353.
- VAN ALLEN, Judith 1982 «Sitting on a Man: Colonialism and the Lost of Political Institutions of Igbo Women» *Canadian Journal of African Studies*, 6 (2): 536-549.
- VAN DER VAEREN-Aguessy 1966 «Les Femmes Commerçantes au détail sur les Marchés Dakarais» In PC Lloyd (ed.) *The New Elites of Tropical Africa*. London, Oxford University Press: 244-255.
- VARANDA, Fernando 1968 «Um Estudo de Habitação para Indígenas em Bissau» *Geographica*, 15: 22-43.
- VELEZ, Caroço 1923 Relatório Anual do Governador da Guiné (1921-1922). Coimbra, Imprensa da Universidade.
- VIEGAS, Carvalho 1931 *Guiné Portuguesa*, 2 vol. Lisboa.
- VILLERS, Gauthier 1996 «Propositions Introductives» In Villers, Gauthier (ed.) *Phénomènes Informels et Dynamiques Culturels en Afrique*, L'Harmattan, Paris: 7-22.

VUARIN, Robert 1994 «L'Argent et l'Entregent» *Cahiers des Sciences Humaines*, 30 (1-2): 255-273.

VUORELA, Ulla 1992 «The Informal Sector, Social Reproduction, And The Impact Of The Economic Crisis On Women» In Horace Campbell & Howard Stein (ed.) *Tanzania and The IMF: The Dynamics of Liberalization*. Boulder: Westview.

WALLERSTEIN, I. 1964 «Voluntary Associations» In Coleman, J. S. & Rosberg, C. G. (eds.) *Political Parties and National Integration in Tropical Africa*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press: 318-339.

WARE, H. 1981 *Women, Education and Modernization of the Family in West Africa*. Changing African Family Series (7). Canberra, Australian National University.

WHITEHEAD, Ann 1981 «I'm Hungry Mum: The Politics of Domestic Budgeting» In Young, K. (ed.) *Of Marriage and the Market: Women Subordination in International Perspective*. London, CSE Books.

WHITEHEAD, Ann 1994 «Wives & Others: Female Farmers in Africa» In Adepoju, Aderanti & Oppong, Christine (eds.) *Gender, Work & Population in Sub-Saharan Africa*. London, James Currey: 35-53.

WIPPER, Audrey 1995 «Women's Voluntary Associations» In Hay, Margaret Jean & Sticher, Sharon (ed.) *African Women South of the Sahara*. London, Longman: 164-186 (1^a ed. 1984).

WORD BANK 1989 *Republic of Guinea-Bissau. Social and Infrastructure Relive Project*, Staff Appraisal Report n° 7606-GUB. Washington DC.

YOUSSEF, Nadia & HETLER, B. 1983 «Establishing the Economic Condition of Woman-Headed Households in the Third World. A New Approach» In Buvinic, Mayra et al. (ed.) *Women and Poverty in the Third World*. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press.